

Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas

RELATÓRIO – 2017

Análise Qualitativa no Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas



Porto Alegre, dezembro 2018.

SUMÁRIO:

1.INTRODUÇÃO.....	03
2.O MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS: HISTÓRICO DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CAF.....	11
3.ANÁLISE QUALITATIVA NO ACOMPANHAMENTO ACADÊMICO.....	21
3.1 A LEITURA DE DADOS SOBRE O DESEMPENHO DE ALUNOS COTISTAS E NÃO COTISTAS NA UFRGS.....	24
3.2 O ACOMPANHAMENTO QUALITATIVO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS E SUAS ESPECIFICIDADES.....	30
3.3 PROJETO-PILOTO SOBRE A PERMANÊNCIA DE ALUNOS COTISTAS: SER ACOLHIDO, ESTAR E DESENVOLVER-SE NO CURSO DE GRADUAÇÃO.....	38
4.INCLUSÃO SOCIAL E AS AÇÕES TRANSVERSAIS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS.....	40
5. INOVAÇÕES NA REGULAMENTAÇÃO DO INGRESSO EM VAGAS DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E NOVAS FORMAS DE INGRESSO NA GRADUAÇÃO.....	45
5.1 COMISSÕES DE VERIFICAÇÃO DE AUTODECLARAÇÕES.....	45
5.2 INGRESSO ESPECIAL DE REFUGIADOS NA GRADUAÇÃO.....	49
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	51
7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
8.ANEXOS.....	60

1. INTRODUÇÃO

O Art. 12 da Decisão Nº 268 de 2012 do Conselho Universitário (CONSUN) determina que devam ser apresentados relatórios bianuais de desempenho e permanência dos estudantes ingressantes pela reserva de vagas (UFRGS, 2012). O presente relatório completa a série de documentos de monitoramento do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS realizados pela Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF), ao longo de seus sete anos de atividades.

Diante do acúmulo de dados quantitativos já levantados em relatórios anteriores, no presente relatório nos dedicamos a explorar aquilo que André Lázaro (2013) sugere a partir da análise de Dilvo Ristoff (2013): “a avaliar os percursos acadêmicos e atuar de modo mais direto nas múltiplas causas de evasão, abandono e desistência que atingem nossos estudantes. Uma combinação de motivos, que vão desde a escolha precoce de carreiras até a dificuldades financeiras e de aprendizado, e afasta muitos jovens de seus sonhos e priva o país de talentos imprescindíveis” (Lázaro In: Ristoff:2013, p. 4). Seguindo esta proposição, os Relatórios de 2017 e 2018 foram elaborados como peças que dialogam sobre o mesmo tema do desempenho dos alunos cotistas da graduação, a face qualitativa e a quantitativa, e que foram pensados como leituras complementares.

Nesse Relatório, realizamos experimentos de escuta e sistematização do que seria acessar os percursos acadêmicos a partir de projetos-piloto marcadamente qualitativos. Os estudos abarcam alunos cotistas que ingressam através da reserva de vagas e também pelo ingresso especial para candidatos indígenas.

No Relatório seguinte, retornamos a uma apreciação do desempenho dos alunos cotistas através de indicadores globais extraídos de bases estatísticas diversas da UFRGS. Nesse sentido, projetamos a face quantitativa baseados nas proposições do estudo de 2017.

A CAF tem como atribuições, além da elaboração de relatórios do acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas, a de desenvolver um conjunto de ações visando promover o acesso e aprimorar condições de permanência dos estudantes. Esse período corresponde à realização de ações de capacitação, proposição

de normatizações, realização de reuniões do Conselho Consultivo do Programa de Ações Afirmativas, modos de mediação e fomento do acompanhamento dos estudantes indígenas; pelos diferentes atores e setores, organização e/ou participação em eventos, apoio à participação de estudantes em eventos acadêmicos, no acolhimento e proposição de demandas referentes à assistência estudantil, dando encaminhamentos e atuando na proposição e nas atividades quanto ao acompanhamento pedagógico e ações relativas à participação no Comitê Contra a Intolerância e a Discriminação da UFRGS.

Atualmente a Coordenaria é composta por: a professora e antropóloga Denise Fagundes Jardim (Coordenadora), o sociólogo Edilson Nabarro (Vice coordenador) e diversos profissionais que compõem a Equipe técnica e a contribuição dos bolsistas vinculados à Coordenadoria.

A CAF é assessorada pelo seu Conselho Consultivo, (Art. 13, da Decisão N° 268/2012) constituído pelas seguintes representações: a) Docentes das 8 Áreas do Conhecimento; b) Representantes da Categoria dos Técnico-Administrativos; c) Representantes da Categoria de Discentes; e) Representantes da Sociedade Civil (Movimento Social Negro, através do MNU/RS e Povos Indígenas (referenciado nos representantes das comunidades indígenas junto ao CEPI – Conselho Estadual dos Povos Indígenas). (UFRGS,2012).

Em 2017, a Equipe foi recomposta contando temporariamente com a Técnica em Assuntos Educacionais (TAE) Fernanda Nogueira (afastada para período de doutoramento desde fevereiro de 2018), com o ingresso de Hodo Apolinario Coutinho de Figueiredo, em reposição à aposentadoria da Técnica em Assuntos Educacionais Marlis Morosini Polidori. No mesmo ano, houve o retorno do afastamento para doutoramento de Michele Doebber (TAE), que concluiu o doutorado na temática do acesso e permanência de estudantes indígenas na UFRGS. Nesse ano, a Equipe é composta ainda pela socióloga Karen Bruck e o Assistente em Administração Tiago Tresoldi (que veio a se desligar da UFRGS em janeiro de 2018). Contamos ainda com a colaboração dos bolsistas da CAF; **Bolsistas CAF acadêmicos:** Bruno Silva Ribeiro – Design Visual, Camila Silva Braga – Pedagogia, Camile Villanova – Teatro, Juliana Fonseca Tavares – Relações Públicas, Julyana Gonçalves Santos – Engenharia Elétrica, Mariana

Boeno Ramos – Pedagogia, Mauricio Silveira Cardoso – Engenharia da Produção, Paulo Jose De Souza Neto – História, Vitoria Tolledo Munhoz – Ciências Sociais e Willian Garcez Przychynski – Relações Internacionais.

O presente relatório está constituído nos seguintes tópicos:

O item inicial apresenta o histórico dos estudos realizados pela CAF no monitoramento da política de Ingresso por Reservas de Vagas, e de suas devolutivas para a universidade visando o aprimoramento das ações institucionais na UFRGS.

É importante destacar que a missão da CAF tem sido a de atuar diretamente com os diferentes atores que participam de uma rede de professores, técnicos e estudantes visando potencializar novos aprendizados e oferecer um entendimento mais preciso sobre o impacto das ações afirmativas no ambiente acadêmico. Assim, o primeiro tópico recupera um breve histórico de nossas avaliações periódicas a fim de compreendermos o modo como na atual gestão organizamos os relatórios de 2017 e 2018.

Estamos em um momento em que o Ingresso por Reserva de Vagas na UFRGS alcança dez anos e os trabalhos da CAF oferecem, desde 2012, a construção de leituras não apenas sobre os cotistas, mas sobre o desempenho desses estudantes em face aos comportamentos acadêmicos do conjunto do alunado na UFRGS. Ao completarmos sete anos de atuação no monitoramento das ações afirmativas, oferecemos um histórico das investigações realizadas e as principais observações já expostas com a finalidade de demonstrar os aprendizados que a Instituição vem acumulando ao longo desses anos sobre sua própria realidade acadêmica no âmbito da graduação.

O item seguinte: “Análise qualitativa do Acompanhamento Acadêmico” versa sobre leituras de dados qualitativos realizadas pela CAF de forma pontual, e suas possibilidades para a elaboração de práticas e inovações a serem potencializadas localmente, nos cursos de graduação.

A partir das importantes sugestões dos relatórios da Secretaria de Avaliação Institucional (SAI), partimos para uma escuta sobre o modo como alunos cotistas avaliam e expressam os desafios enfrentados em sua vida acadêmica. Incluímos, portanto, aspectos que envolvem o estímulo, a permanência, a evasão e retenção na Universidade. Indagamos quais são os fatores que incidem nesses comportamentos e

como repercutem no cumprimento do percurso acadêmico de estudantes cotistas, alunos indígenas e não indígenas. Tais elementos são apresentados em projetos-piloto empreendidos pela CAF, na atual gestão, que oferecem subsídios para a compreensão dos múltiplos fatores relacionados, especialmente, com a evasão e retenção no cumprimento da formação acadêmica.

Os resultados desses projetos foram parcialmente apresentados como devolutivas ao Fórum das Comissões de Graduação (COMGRADs), Conselho Consultivo da CAF, para acadêmicos indígenas vinculados, com as quais interagimos participando de reuniões a partir de situações e demandas pontuais ao longo do ano.

No item intitulado “Inclusão Social e as Ações Transversais das Ações Afirmativas” destacamos temas transversais que fortalecem as ações afirmativas em que a CAF se envolveu em 2017. Abordamos os modos de construção de um ambiente acadêmico capaz de reconhecer diferenças socioculturais e, para tanto, fortalecer a temática das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos, em cumprimento às Diretrizes Curriculares (MEC,2004) sobre a temática nas Instituições de Ensino Superior (IES).

O item final sobre “Inclusão Social e Inovações na regulamentação do ingresso em vagas do Programa de ações afirmativas” refere às inovações introduzidas pelas Comissões de Verificação e Autodeclarações para o ingresso nas graduações e na recepção das denúncias de fraudes que ocupou a agenda de atividades da CAF de março de 2017 até o presente momento. Incluímos como um subitem informações preliminares da implantação do programa de ingresso de refugiados que, em que pese não ser regido pela Decisão n. 212 de 2017 do Consun e sim pela Decisão n. 366 de 2015 do CONSUN. Entretanto, se alinham à ideia de inclusão social e inovação nas formas de ingresso na graduação da UFRGS.

O relatório explicita ainda o fluxo de trabalho da Equipe da CAF para o cumprimento do ano de 2017 e demonstra o modo como a Coordenadoria interagiu e trabalhou em colaboração com outras unidades administrativas e acadêmicas visando empreender ações comuns de acompanhamento aos cotistas a fim de elaborar

estratégias inovadoras que possam ser replicadas em diferentes instâncias de ensino para alcançar o monitoramento desses alunos.

Destacamos cronologicamente as atividades realizadas pela Equipe CAF, os principais eventos que são realizados em parceria com outras Pró-Reitorias e a participação dessa Coordenadoria no papel de presidência e vice-presidência das duas Comissões constituídas para dar prosseguimento à verificação de denúncias de fraudes em autodeclarações. Essas Comissões são: a Comissão Especial para Verificação das Denúncias de Fraudes na Autodeclaração Étnico-racial e a Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração Étnico-racial, constituídas concomitante a partir da Decisão Nº 212 de 2017 do CONSUN (UFRGS, 2017).

O presente relatório é realizado em um momento muito singular que aponta para duas situações importantes. A primeira situação remete a longevidade das ações afirmativas na UFRGS. Em 2018, completamos dez anos de Ingresso por Reserva de Vagas, portanto, mais do que fazer um balanço sobre uma década, a Coordenadoria investe em dimensionar e projetar outras formas de acompanhamento capazes de potencializar o percurso acadêmico de alunos cotistas, visando à constituição de um ambiente plural e alcançando as diplomações que almejamos enquanto Instituição de Ensino Superior (IES). Desse modo, em 2017/2 contabilizamos 24.403 estudantes ativos na UFRGS, destes 9.913 são alunos ativos no Programa de Ações Afirmativas, sendo 3.715 ativos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

A segunda situação refere-se à capacidade de acesso a um maior conhecimento sobre a vida institucional e as transformações que foram sendo introduzidas a partir da reserva de vagas na UFRGS. Essas questões possibilitam instrumentalizar informações globais e fortalecer ações para a recomposição do perfil do alunado introduzido pelo Programa de Ações Afirmativas, assim como permitem pensar atividades pontuais que envolvem rotinas acadêmicas e ações institucionais em diversos níveis, e com complexidade percebida localmente nos cursos de graduação.

O ano de 2017 foi o período em que houve a atualização da Decisão Nº 268 (UFRGS,2012) para a Decisão nº. 212 de 2017 do CONSUN (UFRGS, 2017). Duas alterações se destacam: A primeira diz respeito a mudanças no trâmite administrativo

que recepciona as autodeclarações e submete os candidatos aprovados, no Vestibular e no SiSU , à verificação presencial de sua Autodeclaração para confirmação da ocupação da vaga no Programa de Ações Afirmativas, relativas aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas PPI; a segunda alteração, refere a destinação de vagas das ações afirmativas para contemplar o ingresso de pessoas com deficiência através de Lei Federal Nº13.409 de 28 de dezembro de 2016 , que introduz a reserva de vagas para deficientes no ensino superior no Programa de Ações Afirmativas com ingresso através do vestibular e do SiSU (BRASIL,2016).

Do mesmo modo, a introdução da verificação de condições de ocupação de vagas de deficientes repercutiu na consolidação de uma comissão própria com atribuições para verificar a documentação comprobatória apresentada pelo candidato e que atesta que o postulante atende as normas estabelecidas nos documentos federais que referem a sua elegibilidade e às comprovações exigidas às vagas de deficientes.

No que diz respeito à acessibilidade na Universidade, desencadeou-se um grupo de trabalho com a participação da CAF e que visa o diagnóstico não somente sobre aspectos materiais, mas também atitudinais com relação ao perfil diversificado dos novos estudantes que ocuparam vagas em todos os cursos da Universidade. Além disso, a CAF tornou-se, no Plano de gestão vigente, o setor responsável pela constituição de um grupo especial na administração com a finalidade de fazer um levantamento e identificar os diferentes setores que já trabalham em suas especialidades com ações relativas à acessibilidade na UFRGS.

Como nos anos iniciais de Reserva de Vagas nas Ações Afirmativas, a introdução de uma subcota para pessoas com deficiências igualmente demandará uma atenção específica para o fortalecimento de uma política de inclusão de pessoas com esse perfil de ocupação plena das vagas destinadas a esses candidatos em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade.

Em 2016, após uma ampla e cuidadosa elaboração, a UFRGS aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2026)¹. No PDI, a Inclusão Social se destaca

¹ De acordo com o PDI (UFRGS, 2016b/ ANEXO AII – Resultados Consolidados brutos).

como um dos temas relacionados ao Programa de Ações Afirmativas. Verbos como: *Aumentar, ampliar, melhorar, incluir, estimular e fortalecer* estão associados ao Tema referido:

“Tema 7 Inclusão Social

VERBOS
Aumentar/ampliar/melhora; Incluir
Estimular; Fortalecer

RESULTADOS:

Acessibilidade (arquitetônica, material didático, acervo, tecnológico, etc.)	Conscientização servidores / Conscientização da comunidade UFRGS - com respeito aos temas de gênero, LGBT, e outros grupos
Assistência estudantil / Assistência à comunidade UFRGS	Diversidade (gênero, ...)
Cursos de nivelamento	Atividades/ações inclusivas de ensino, pesquisa, extensão, culturais, esportivas e artísticas
Suporte ao ingressante, acolhimento a integrantes da comunidade UFRGS, inclusive estrangeiros, com/sem necessidades especiais, ou com vulnerabilidade social e econômica	Projetos com atuação direta na/da comunidade, voluntariado, partilha e apropriação de diferentes saberes pela comunidade
Mobilidade urbana inter-campi, moradia estudantil	Cursos noturnos / Turno único
Cotas para pós, ensino a distância (EaD), ações afirmativas em todos os pilares	Popularização da produção científica e tecnológica
inserção da cultura do empreendedorismo e inovação social em ambientes diversos e externos da universidade (ações de extensão), especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica.	Apoio à realização de atividades sobre questões de gênero, presenciais ou à distância
Implementação de ações afirmativas na pós-graduação	Fortalecer ações voltadas à permanência e conclusão de curso dos estudantes cotistas e indígenas. (Grifo nosso)
Soluções pedagógicas para progresso e inclusão de alunos em condições especiais	Ações de inclusão voltadas para terceira idade
Ações afirmativas (bolsa permanência, cota, vagas); acessibilidade (acesso, espaços, saúde, deficiência, necessidades, integração, participação); assistência estudantil (política, pesquisa, projetos, ações, programas); diversidade (gênero, LGBT, mulher) ”	

O PDI refere a ações e metas institucionais. É o resultado de um debate mais amplo da comunidade universitária e que projeta a Universidade até 2026. É importante destacar que as atividades situadas no tema “Inclusão social” não são exclusivas dessa Coordenadoria, mas destacamos que as atividades da Coordenadoria na atual gestão da CAF têm se detido em produzir e sistematizar dados capazes de fornecer uma leitura objetiva da UFRGS quanto a diversos aspectos que envolvem a temática da inclusão social. Sendo assim, fora necessário trabalhar conjuntamente com as Pró-Reitorias de Extensão, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, no sentido de intensificar atividades e compreensões alcançadas sobre a singularidade do segmento de alunos cotistas e as demandas de seu atendimento. Isso faz com que a inclusão social seja, de fato, um tema compartilhado e necessário.

Ao longo das atividades realizadas pela CAF, desde sua criação, o conjunto de relatórios elaborados como parte de suas atribuições anuais tem sido uma forma de dar a conhecer o desempenho dos alunos na UFRGS. Nessa seara, os relatórios elaborados não se restringem a uma compreensão dos cotistas como um universo à parte, mas os tendo como uma chave de leitura e conhecimento da complexidade da vida e uma oportunidade para compreendermos o comportamento acadêmico dos alunos nos cursos de graduação, assim como de propiciar o conhecimento das virtudes e fragilidades de um programa institucional.

A contribuição desse relatório está circunscrita às suas possibilidades de acesso ao amplo espectro da base de dados, antes referida e presidida por temporalidades específicas em seu tempo de finalização desse documento institucional. Uma delas é que os projetos-piloto significavam ações de atendimento imediato. A CAF reitera a preocupação com o que chamamos de uma “gestão do conhecimento” que explicitaremos no relatório seguinte. Ou seja, para além de extrair potenciais leituras de dados a fim de sistematizá-las em relatórios, também eram elaborados os modos de realizar atendimentos e devolutivas diretas aos mesmos atores e setores envolvidos com a gestão da vida acadêmica.

2. O MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS: HISTÓRICO DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CAF.

O Programa de Ação Afirmativas, aprovado pela Decisão Nº 134/2007 e que iniciou a Implementação do Ingresso por Reservas de Vagas de Estudantes de Escola Pública e de Autodeclarados Negros de Escola Pública (UFRGS, 2007), produziu uma nova conjuntura acadêmica na UFRGS. Tratava-se de um Programa de inclusão pioneiro, seja pelo seu impacto na distribuição de vagas em todos os cursos, como pela própria natureza das políticas, que introduzem novos conceitos e novos paradigmas de responsabilidades institucionais e educacionais.

Coube à Administração Central, em consonância com a iniciativa de propor a política de cotas, a partir da decisão do Conselho Superior, de estabelecer os mecanismos de acompanhamento e avaliação do Programa de Ações Afirmativas, de modo a garantir o alcance de seus objetivos.

A Decisão Nº 134/2007, no seu art. 11, previa a constituição de Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas com a *“atribuição de propor medidas a serem implementadas, a partir do primeiro semestre de 2008, no sentido de apoiar e dar assistência a esses alunos”* (UFRGS, 2007).

Esse mesmo instrumento jurídico aprovou o Ingresso Especial para estudantes indígenas, garantindo a criação de dez vagas (uma para cada curso): *“ouvidas as comunidades indígenas e a COMIGRAG dos cursos demandados”* (UFRGS, 2007). Para esse ingresso em 2008 foi instituída a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena (CAPEIn) que se extinguiu com a criação posterior da CAF, tendo suas atribuições delegadas à CAF. Nesse sentido, a UFRGS estabelecia as condições necessárias para o acompanhamento do ingresso dos estudantes cotistas, bem como participava ativamente das repercussões que um novo perfil de estudantes iria ter no âmbito de cada curso e unidade acadêmica.

Tratava-se, pois, de se adequar as atribuições advindas da Decisão Nº 268/2012, reafirmada pela Decisão Nº 312/2016 (UFRGS, 2016^a) e na Decisão Nº 212/2017, onde a CAF, dentre outras atribuições, teria que:

“ I–realizar o acompanhamento dos estudantes ingressantes por este Programa, junto à Pró-Reitoria da Graduação – PROGRAD – e às Comissões de Graduação – COMGRADs – de cada curso da UFRGS, e buscar o atendimento de suas necessidades acadêmicas;

II –elaborar, ouvidas as Unidades Acadêmicas e as COMGRADs de cada curso, e encaminhar ao Conselho Universitário relatório anual de avaliação do Programa;

III - realizar e encaminhar ao Conselho Universitário relatório bianual relativo à permanência e ao desempenho do estudante ingressante por meio das vagas reservadas por este Programa;

IV - a partir das avaliações parciais realizadas, sugerir mecanismos de aperfeiçoamento do Programa ao Conselho Universitário;

V –encaminhar relatório de avaliação acerca dos resultados do Programa de Ações Afirmativas, sugerir mecanismos de aperfeiçoamento do mesmo e manifestar-se relativamente à sua prorrogação, ao final de sua vigência;

VI –implementar mecanismos de efetivação, junto às Unidades Acadêmicas, dos objetivos deste Programa, especialmente no que concerne aos incisos III e IV do Art. 2º.

VII - disponibilizar os dados referentes aos estudantes beneficiários da política de ações afirmativas para as COMGRADs e Unidades Acadêmicas, a fim de permitir o acompanhamento e qualificação dessa política no âmbito das Unidades e Cursos da UFRGS (UFRGS, 2012).

As atribuições delegadas à CAF vêm sendo cumpridas em consonância com o planejamento geral da Universidade e passando a ser de caráter regular, posto a institucionalização de muitos dos eventos do qual a essa Coordenadoria participa, como o evento “Portas Abertas” e as atividades do “Salão UFRGS”. Contudo, as conjunturas acadêmicas da Universidade, em especial das Ações Afirmativas, exigiram novas estratégias de engajamento para o fortalecimento desse Programa].

Em relação aos relatórios já apresentados temos a seguinte síntese.

1) RELATÓRIO DE 2012

O Relatório de 2012 foi produzido pela Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas e por Comissão *ad hoc* de Avaliação, criada para fortalecer a dimensão técnica do Documento (UFRGS, 2012). Esse Relatório

também foi em decorrência da obrigação imposta pela Decisão Nº 134/2007, que previa a avaliação anual do Programa após cinco anos de vigência (UFRGS, 2007).

Nesse sentido, além de demonstrar alguns indicadores de implementação, principalmente quanto ao perfil do ingresso, o Relatório de 2012 foi responsável por subsidiar os debates no CONSUN que levaram através da Decisão Nº 268/2012, à renovação do Programa do Ingresso por Reserva de Vagas por mais dez anos, podendo ser prorrogada conforme avaliação. Além de demonstrar alguns indicadores de implementação, principalmente quanto ao perfil do ingresso, o documento foi responsável por subsidiar os debates no CONSUN, que levaram através da Decisão Nº 268/2012 à renovação do Ingresso por Reserva de Vagas por mais dez anos, podendo ser prorrogada conforme avaliação.

Quanto aos indicadores de ingresso no período 2008-2012 é possível destacar as seguintes evidências.

I - Na comparação do período 2008-2012 com o período anterior do Ingresso por Reserva de Vagas, não foi possível apurar diferenças quanto à distribuição específica dos inscritos, posto que o critério de inscrição da reserva de vagas, com as modalidades trazidas pelo Programa, não existia no período anterior;

II – Em relação aos dados por faixa de densidade, a análise geral não mostrou diferenças significativas entre o desempenho obtido nos cursos entre cotistas e não cotistas, na comparação de 2007 e 2008.

III – Quanto ao número de inscritos para os cursos, houve aumento do número de egressos de escola pública no período 2009 e 2010.

IV - A implementação da reserva vagas determinou um aumento considerável no número de classificados egressos de escola públicas. Na comparação 2007-2008, houve um incremento de 31,53% para 47,30%, respectivamente. Entre os Autodeclarados Negros Egressos da Escola Pública o aumento foi mais significativo, saltou de 3,27% em 2007 para 11,7% em 2008, com ênfase para os cursos de densidade média e alta, consolidando os objetivos de inclusão pela igualdade de oportunidades que a política de ações afirmativas projetava ao ser adotada na UFRGS.

V – No período 2008-2012 foram disponibilizadas cinquenta vagas para Ingresso Especial de estudantes indígenas. Dessas vagas, 48 foram ocupadas, predominando a escolha das lideranças indígenas por indicar, para o processo seletivo especial, cursos na área de Ciências da Saúde, em especial Medicina, Enfermagem e Odontologia.

2) RELATÓRIO DE 2014

O Relatório 2014 tratou de destacar os indicadores quantitativos vinculados com o desempenho acadêmico discente e a permanência dos estudantes que ingressaram pela reserva de vagas (UFRGS, 2014). Em se tratando de um período relativamente curto para esse perfil de análise, posto que o primeiro ingresso ocorrera em 2008, a janela de diplomação foi levada em consideração, a partir do tempo mínimo ou médio de diplomação que só se iniciara em 2013/2014. Isso porque em cursos com oito semestres de duração, o alcance ao número de diplomados, na época, geraria uma informação incompleta se extraída antecipadamente.

O Relatório 2014 tratou de destacar os indicadores quantitativos vinculados com o desempenho acadêmico discente e a permanência dos estudantes que ingressaram pela reserva de vagas.

Os dados apresentados no Relatório relevaram os esforços da CAF em fixar uma metodologia capaz de produzir avaliações sistemáticas e comparativas durante todos os ciclos de avaliação do ingresso de estudantes cotistas. Foi possível, destacarmos as seguintes conclusões/recomendações:

I - O dados sobre a avaliação da permanência e desempenho acadêmico dos estudantes cotistas tiveram algumas diretrizes básicas, dentre elas: a) a indispensável interação com as COMGRADs de todos os cursos da Universidade, seja pelo cumprimento das atribuições da CAF ditadas pelo CONSUN, seja pela atuação direta dos docentes e técnicos administrativos no monitoramento e suportes para a qualificação da trajetória acadêmica dos estudantes; b) os dados sobre diplomação, retenção e evasão devem estar associados ao indicadores de taxa de integralização do total de créditos de cada curso por parte dos estudantes; c) quanto à evasão, foi possível apurar que não houve diferenças significativas entre todas as modalidades de ingresso, contudo, para análise desses indicadores será necessário comparar os dados revelados

pela UFRGS antes do advento das ações afirmativas e o período alcançado pela reserva de vagas, destacando ainda, as diferenças de modalidades de ingresso no período 2008-2012, onde vigoravam três modalidades (acesso universal, egressos de escola pública e autodeclarados negros egressos de escola pública). No ano de 2012, com a implementação da Lei Nº 12711/2012, foi adicionado o critério socioeconômico na repartição das vagas reservadas; d) em relação a esse aspecto foi possível identificar que no Vestibular de 2013, houve um predomínio acentuado do número de candidatos inscritos de renda superior, na comparação com àqueles de renda *per capita* inferior a 1,5 salários mínimos.

A esse respeito, observou-se, no entanto, que a realização de transferência interna foi maior entre os estudantes cotistas, na comparação com aqueles que entram pelo acesso universal. É importante registrar que mesmo sendo significativo o aumento do número de estudantes negros ingressantes na UFRGS, cotejando o ingresso sem cotas e com cotas 2008, no período 2008-2011, houve uma estabilidade em torno de 30%, da taxa de ocupação de vagas para Pretos, Pardos e Indígenas (PPI).

Foi sob o efeito da Resolução Nº 22/2011, aprovada no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), (UFRGS, 2011) que, a partir do ingresso de 2012 houve um aumento significativo da taxa de ocupação dos candidatos autodeclarados pretos e pardos. A alteração dos critérios de pré-classificação desses candidatos para inclusão no quantitativo da avaliação da redação, que influenciou na composição de nota final ao candidato, determinou que a reserva de vagas fosse observada.

II – Dentre as conclusões e recomendações advindas do Relatório 2014, destacara-se que:

Esse é um momento posterior à introdução de subcotas, decorrentes da Lei Federal Nº 12.711 de 2012 (BRASIL, 2012). A avaliação das reservas exige então uma leitura que contemple uma cronologia própria, contemplando as alterações legais do modo de ingresso e novas modalidades que definem as subcotas e, assim, isso posto, a análise deve considerar os resultados das cotas de acordo com o regramento do ano de ingresso dos cotistas, mantendo um rigor necessário com a leitura de resultados globais.

- a) Verificou-se o aumento do número de inscritos no Vestibular de 2013, na comparação com 2012, em decorrência da alteração dos pré-requisitos para inscrição dos candidatos às vagas reservadas. Houve a alteração das exigências do nosso Programa 2008-2012, que antes exigia que todos os candidatos houvessem cursado metade do Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio em escola pública. A Lei Nº 12711/2012 fixou a exigência em apenas a totalidade do Ensino Médio e a UFRGS realizou a modificação em sua decisão. A admissão de concluintes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCeJA), também pode ter contribuído para esse aumento de inscritos;
- b) Mesmo com a introdução da modalidade Renda Inferior e Superior dentre os egressos de escola pública, a UFRGS realizou os ajustamentos necessários para a segurança na efetivação de todos os procedimentos legais;
- c) Apesar da Lei Federal relativa às cotas tenha submetido o percentual de vagas reservadas para PPI atrelado ao percentual demográfico desses grupos em cada Unidade Federativa, a UFRGS manteve o percentual de 30% do total de vagas de sua decisão, dividido equitativamente entre cotistas sociais e raciais, tendo alterado para 40% em 2015 e 50%, em 2016. Desse modo, a Universidade disponibiliza percentual maior dos que os 16,2% que o IBGE registra para o Rio Grande do Sul –RS, seguindo a lógica da política como uma promoção da ocupação de vagas pelo desempenho dos candidatos, pois não considera a cotas como um “teto” da ocupação de vagas no Concurso Vestibular e sim uma base para a recomposição e pluralidade de origens nos cursos universitários, em consonância com a Decisão do Conselho Universitário;
- d) A manutenção do Ingresso Especial Indígena, vigente desde 2008, foi acertadamente mantida, pois dentre o agrupamento PPI, não houve nenhum ingressante nos vestibulares de 2013 e 2014;
- e) Quanto à taxa de ocupação de vagas de pretos e pardos, que foi de 32,8%, em 2009, evoluiu para 74,1% e 77,9% em 2013 e 2014, respectivamente; e foi evidenciado que a manutenção da ocupação total das vagas reservadas, e o conseqüente aumento dos estudantes em vulnerabilidade econômica, exigiria redobrados esforços para a

permanência desses alunos, observando a necessidade de garantias dos benefícios estudantis;

3) RELATÓRIO DE 2015

Se o Relatório 2014 procurou destacar os esforços de definição preliminar dos indicadores centrais para o monitoramento da permanência e do desempenho dos estudantes cotistas, já o Relatório 2015 procurou evidenciar os dados referentes à evasão e diplomação (ou, o que chamamos de integralização dos cursos). Para essa finalidade foram apresentados os dados de situação acadêmica dos alunos em quatro grupos de cursos, segmentados por categoria de ingressos. Esse é um estudo do comportamento dos cursos de graduação da própria UFRGS e que foi constituído através de uma leitura de média duração (estabelecendo um período de dez anos e abarcando dados de período antes da reserva de vagas) sobre o comportamento acadêmico de alunos em relação ao perfil de grupos de cursos de graduação. Essa leitura tem sido a base para o entendimento de aspectos estruturais dos cursos de graduação, visualizados em quatro grupos, que além de indicar o desempenho dos próprios alunos, possibilita demonstrar o perfil desses cursos, quanto a empregabilidade e a sua organização curricular. Esses são aspectos que permeiam a vida acadêmica de cotistas e não cotistas, apontando para as complexidades que presidem as reais discrepâncias existentes entre alunos de diferentes modalidades de ingresso. Tal leitura passa a adquirir um sentido mais preciso para orientar ações pedagógicas dos cursos de graduação visando o acompanhamento acadêmico, distinguindo aspectos que organizam a vida do curso daqueles que podem ser atribuídos a potenciais fragilidades escolares dos próprios alunos ingressantes.

O objetivo de o Relatório fora fornecer indicadores e dados que pudessem ser aproveitados por diferentes instâncias de gestão de ações afirmativas, oportunizando a construção de programas, práticas e ações voltadas ao enfrentamento de vulnerabilidades de trajetórias acadêmicas.

Apesar dessa disponibilização pública de dados, e das ações da CAF dedicadas a visitas programadas às COMGRADs e unidades acadêmicas, é possível sintetizarmos algumas das conclusões e recomendações apresentadas:

- a) As análises gerais, e por agrupamento de cursos, demonstram que os ingressantes pela modalidade de acesso universal apresentam os mais altos índices de diplomação;
- b) Em todos os grupos de cursos se evidenciou uma tendência de maior evasão entre os ingressantes autodeclarados negros, mas esse comportamento está em consonância às características de evasão do curso de graduação, incluindo um alto índice de desistência que é constatado na situação de alunos da ampla concorrência.
- c) O Relatório observa os cursos que têm tendências iguais, oferecendo a compreensão por grupos de cursos de graduação;
- d) Tanto a análise por conceitos do Índice GPA, como a da Taxa de Créditos Integralizados (TCI) confirmaram a tendência de maior retenção entre os ingressantes pela reserva de vagas;
- e) O Relatório indicava que para melhor compreensão e acompanhamento desses indicadores quantitativos é imprescindível um ciclo de análises qualitativas, de modo a registrar e compreender as especificidades de cada curso.

4) RELATÓRIO 2016:

O Relatório de 2016 destacou informações sobre o perfil socioeconômico dos ingressantes pela reserva de vagas (RELATÓRIO/UFRGS, 2016), posto que a política de inclusão em sua natureza compensatória objetiva superar desvantagens estruturais e acadêmicas entre a comunidade discente.

A observação sobre as especificidades entre as diferentes trajetórias estudantis, anteriores ao ingresso na Universidade, pode auxiliar na construção de estratégias de equidade e satisfação de benefícios específicos. O Relatório dava a conhecer o impacto e a diversificação do público ingressante na UFRGS, a partir de 2008, observando aspectos relativos ao *background* escolar de pais dos candidatos relacionado às autodeclarações étnico-raciais e de perfil socioeconômico.

Muito embora seja reconhecido pelos estudos na área da Educação às vinculações entre o “sucesso acadêmico” e a escolarização dos pais, outras variáveis

explicativas são necessárias a serem incorporadas ao acompanhamento dos estudantes cotistas. Para a análise de desempenho, foi apontada a necessidade de uma avaliação precisa sobre as vulnerabilidades que atuam sobre a taxa de permanência nos cursos.

O Relatório 2016 oportunizou o conhecimento do perfil dos alunos cotistas no que se refere ao capital escolar familiar, recuperando informações importantes sobre o empenho da UFRGS e o cumprimento de parte da meta da democratização do acesso ao Ensino Superior consignado nas ações afirmativas no ingresso na graduação.

Do mesmo modo, o referido Relatório investiu na análise de dados qualitativos, a partir de dados do formulário socioeconômico preenchido pelos alunos quando da inscrição no Concurso Vestibular. Tais dados foram fornecidos como um *dump* (“cópia bruta”) do relativo banco de dados SQL pelo CPD/UFRGS, sendo depois agregados pela própria Coordenadoria, num trabalho de normalização dos dados e de anonimização dos mesmos.

Os dados utilizados para o Relatório 2016 se referiam ao período de 1997 a 2014. Ou seja, estendendo-se até o último ano com ingresso unicamente pelo Concurso Vestibular. Não constam, portanto, dados relativos aos ingressantes pelo SiSU, pois não temos acesso à base das inscrições, mas nesse Relatório já figuram alunos que se inscreveram e ingressaram após a Lei Nº 12.711/12, em especial alunos da categoria Baixa Renda².

Nessa análise quantitativa, entre as principais conclusões do relatório CAF de 2016, elencamos que:

- Em uma leitura sobre o desempenho de estudantes inseridos em retenção, devemos considerar o fenômeno não apenas como resultado da reprovação dos alunos, mas, no caso de cotistas, por efetuarem matrículas em menor número de atividades acadêmicas, prolongando seu tempo no curso de graduação e, assim, impossibilitando a continuidade da seriação de um curso como previsto como grade recomendada;

²Como afirma Gilioli (2016), os dados do SiSU têm uma outra ordem de complexidade e sua leitura de base não é disponibilizada às universidades localmente interessadas em conhecer o perfil do aluno ingressante de outros estados ou localidades.

- Há indícios de que as alterações na Política, especialmente aquelas advindas da Lei Nº 12.711/2012, e da adesão parcial da Universidade ao SiSU, tiveram e continuam gerando um impacto significativo nas taxas de créditos integralizados dos alunos, fator que, contudo, não pode ser verificado com precisão, em virtude dos limites do acesso da Coordenadoria a tais dados do SiSU.

A partir dos Relatórios anteriores, e diante da grande variação entre cursos e currículos, as recomendações da CAF salientavam que as ações de suporte e apoio aos estudantes cotistas deveriam levar em consideração as condições e origens educacionais específicas, bem como as características socioeconômicas dos alunos.

O Ingresso Especial Indígena na Universidade iniciada em 2008 mostrou-se eficaz quanto ao número de estudantes que ingressaram, já que a concorrência na modalidade PPI traria mais desvantagem competitiva do que o Ingresso Especial. Para esse Relatório, buscamos dar a compreensão sobre quem são os indígenas que estão engajados nos cursos de graduação da UFRGS e dar a compreender porque há uma predominância de estudantes Kaingang, embora haja outros povos como os Guarani. O Relatório versa sobre o Projeto Indígena e o modo como estão distribuídos em cursos de graduação na Universidade, observando sua preferência reiterada pela escolha de cursos na área da Saúde, inclusive após a implementação da reutilização de vagas vacantes em processos, organizados pela CAF e PROGRAD, da transferência interna.

Se os dados sobre o ingresso, medido pela taxa de ocupação de vagas de autodeclarados negros, demonstram a largura dessa política de inclusão, observou-se, que em 2016 já estava consolidado o diagnóstico geral, de que o sistemático desafio para o êxito da política de cotas é a superação da retenção dos estudantes cotistas e a consequente criação de medidas garantidoras da diplomação em todos os cursos.

Os dados dos Relatórios não poderiam ser reduzidos a uma coleção de informações, mas como um longo processo de aprendizado já instaurado pela UFRGS em que o processo avaliativo permitiria: “impulsionar um processo criativo de autocrítica da Universidade” (LEITE; TUTIKIAN; HOLZ, 2000 p. 15).

Até aquele momento, transcorridos nove anos do ingresso de estudantes cotistas na UFRGS e cinco anos da vigência da Lei Nº 12711/2012, observou-se, em todos

os fóruns de discussão e seminários sobre a execução das ações afirmativas nas IFES, que os parâmetros de avaliação do impacto da Política são ainda inexistentes, e não definem bases a partir das quais as universidades deveriam avaliar seus programas. O que temos são ações de cada universidade construindo os seus paradigmas de monitoramento e avaliação. Nesse sentido, a experiência acumulada na UFRGS pode vir a ser modelar sobre modos de acompanhamento e monitoramento de Programas de Ações Afirmativas, tanto por sua periodicidade, quanto por seu sentido de aprimoramento a partir da autocrítica produzida na Universidade.

A UFRGS, em especial, fez constar na Decisão Nº 268/2012 não apenas a criação da CAF, entre suas atribuições destaca a realização dos Relatórios Anuais em conformidade com um trabalho de monitoramento/aperfeiçoamento do Programa, oferecendo dados para uma compreensão e avaliação durante sua implementação.

3. ANÁLISE QUALITATIVA DO ACOMPANHAMENTO ACADÊMICO

A Coordenadoria tem como característica o fato de ser uma geradora de informações sobre o comportamento de assuntos relativos ao Programa de Ações Afirmativas e a diferentes aspectos do Tema da Inclusão Social relacionadas ao sistema de reserva de vagas. Perguntas sobre quantos alunos estão em situação de retenção, evasão e diplomados são recorrentes em nossos Relatórios.

Esses dados são fornecidos pelo Centro de Desenvolvimento de Dados da UFRGS (CPD) e atualizados pela CAF para propiciar leituras sobre cursos e suas tendências. Tais Relatórios permitem visualizar os cotistas na Universidade por seu comportamento acadêmico e, a partir dessas informações, permitem, ao longo do ano, propiciar ações voltadas às devolutivas para as COMGRADs que, em seus locais de atuação, acompanham aspectos didático-pedagógicos de seus cursos e dos cotistas em seu universo de atuação.

Nesse ano de 2017, constatamos que as bases quantitativas exigiam leituras prévias de modo qualitativo e com repercussões locais nas referidas Comissões, visando o fortalecimento de ações de acompanhamento discente. As informações levantadas em dois projetos-piloto de acompanhamento de estudantes, tanto cotistas de ingresso por Concurso Vestibular quanto cotistas indígenas ingressantes no processo de Ingresso

Especial, apontavam a necessidade de uma checagem através de abordagens qualitativas de comportamentos tidos e vistos como casos individuais, mas recorrentes. O que se buscou nesse novo período de trabalho foi intensificar indagações, elaborar metodologias de abordagem e escuta ao alunado, permitindo a compreensão de processos de evasão, retenção e diplomação.

Partimos da premissa de que os aspectos que não são quantificáveis merecem a atenção da comunidade no sentido de fortalecer a inclusão de alunos em um projeto de sucesso acadêmico. Os aprimoramentos das formas de observar a retenção e evasão podem gerar modos de acompanhamento fundamentais (e inovadores) para propiciar o engajamento do aluno em uma efetiva diplomação.

Entretanto, as leituras qualitativas até então empreendidas têm se focado prioritariamente em ensejar atendimentos individualizados, tabulando expressões e compreensões individuais e englobando-as na rubrica de “fatores subjetivos”, como se fossem vividos como uma situação única, individual (mesmo que recorrente), que só poderiam ser apreciadas e atendidas isoladamente, ou consideradas fora do alcance da comunidade acadêmica, alinhando-se à ideia de “fatores externos” que produzem a retenção e evasão.

Ao considerar os estudos qualitativos como chaves de entendimento dos dados quantitativos, buscamos através de dois projetos-piloto, visualizar os comportamentos e expressões que interferem no engajamento dos alunos no Projeto Pedagógico dos cursos. As indagações que perpassam este tópico visam alcançar formas efetivas de propiciar a inclusão social dos alunos, compreendendo a inclusão não somente como a ocupação da vaga, mas a aspectos relacionados à plena participação na vida acadêmica, observando seu desempenho não apenas como uma leitura dos resultados obtidos no desempenho acadêmico semestral dos alunos, mas uma forma de aprimorar o entendimento sobre a retenção e a evasão para orientar ações institucionais de acompanhamento nos cursos de graduação.

No Relatório 2016 demonstrou-se que a introdução da reserva de vagas na UFRGS teve um impacto significativo na taxa de vinculação de alunos de maior vulnerabilidade econômica (sendo necessário, contudo, considerar os limites na

verificação da mesma), um impacto restrito na taxa de vinculação de alunos oriundos de escola pública e um impacto também restrito na taxa de vinculados autodeclarados preto, pardo ou indígena. Como evidenciamos em Relatórios anteriores, apontávamos que há extrema variação entre os cursos e mesmo currículos da Universidade, e que qualquer política de suporte ou apoio aos alunos necessitaria de um estudo das condições educacionais e socioeconômicas, advindas de base específica disponível nos registros de inscrição no Vestibular, mas que, igualmente, apenas situariam os cotistas quanto a sua origem. Em que pese oferecermos elementos importantes para o autoconhecimento da Universidade, a fim de compreender a recomposição global da comunidade acadêmica, dos estudantes, ainda não tratamos de conhecer a proporção entre aqueles que se dedicam aos estudos em tempo integral e aqueles que organizam sua vida de estudos buscando compatibilizar com a atividade laboral, em decorrência de vulnerabilidades econômicas da situação social da família.

Nesse sentido, o ano de 2017 foi dedicado a aspectos relativos ao acompanhamento dos alunos cotistas visando fortalecer aspectos pedagógicos em um ambiente que respeite a diversidade. Buscaram-se, sobretudo, formas de inovar no tratamento e devolutiva de informações sobre o impacto da reserva de vagas no ambiente acadêmico. Consideramos que o desempenho que se traduz em diplomação é o resultado de um engajamento em atividades curriculares e extracurriculares que produzem uma identificação positiva do estudante com seu percurso de profissionalização, ademais de fortalecer seu desempenho.

As dificuldades dos alunos em cumprir o Plano Pedagógico são decorrentes de múltiplos fatores como pudemos vislumbrar através de dois projetos-piloto aqui explicitados.

Reitera-se aqui que tem sido o engajamento e formas coletivas de apoio acadêmico movidas localmente por grupos de alunos em projetos de extensão, em atividades fomentadas pelas COMGRADs e ações apoiadas pela PROGRAD e direções de unidades, que têm permitido apoios e reforço positivo à trajetória dos estudantes. Tais ações evitam abandonos e desistências perante dificuldades que vivenciam em seus cursos de graduação. Estas, muitas vezes, não são exclusivas de alunos cotistas, mas que

nestes repercutem potencialmente de forma mais direta em função de vulnerabilidades sociais.

Os próximos subtópicos não só apresentam os estudos, mas tecem sugestões advindas de um trabalho realizado pela CAF e, metodologicamente baseado em análises qualitativas, que priorizaram a escuta de sujeitos de modo individual e coletivo.

3.1 A LEITURA DE DADOS SOBRE O DESEMPENHO DE ALUNOS COTISTAS E NÃO COTISTAS NA UFRGS

Aspectos relativos à retenção têm sido sinalizada para as COMGRADs, através da notificação do aluno em Regime de Observação de Desempenho ou que “entra em ROD”. Há dois aspectos dessa ferramenta das COMGRADs a observar. O primeiro é que ela dá acesso a um comportamento individual. Ao mesmo tempo, esse comportamento individual pode ser um indicador e sinalizar a existência de um semestre da grade curricular com uma maior retenção em termos coletivos.

O segundo aspecto é que, como não há como localmente fazer essa checagem em termos coletivos em tempo real, a compreensão imediata pode orientar ações individualizadas e não alcançar um cenário mais amplo das características do próprio curso de graduação.

Ainda se torna necessário saber se esse indicador é a única evidência de retenção (individual) ou se expressa preocupações didático-pedagógicas mais abrangentes a serem tratadas. Tal comportamento exige a leitura dos dados de retenção que venham a ser elaborados de modo mais abrangente e operativo aos cursos de graduação. O ROD pode não expressar a prevalência de outros fatores e comportamentos a ele associados.

Como constituímos os dados informacionais da evasão na UFRGS? Indexamos a evasão através dos seguintes indicadores:

- Abandono
- Ocupação concomitante de duas vagas em universidade pública
- Desistência de Vaga
- Desistência de Vaga no semestre de ingresso
- Desistência de Vaga por ingresso em outro curso
- Desligamento
- Desligamento por Insuficiência de Desempenho – por ROD
- Falecimento
- Jubilamento
- Recusa

- | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• Suspensão ou Desligamento Disciplinar• Transferência Interna• Transferência para outra universidade |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

A retenção é compreendida como um comportamento processual, mas capturado como dado quantitativo em um dado momento que merece uma escuta que revele fatores qualitativos de tal comportamento. A retenção, portanto, não está inteiramente contida no dado bruto da evasão, mas relaciona-se a ele por múltiplos fatores ao longo da trajetória acadêmica do aluno e expressos nessa multiplicidade de indexadores. O comportamento que sinaliza o aluno em ROD é apenas um dos elementos dessa equação. Alcançar a visualização dos fatores que cooperam para um índice de retenção e evasão é parte de um trabalho local de reutilização de informações – que devem se tornar acessíveis a diferentes setores - em vistas ao aprimoramento de projetos pedagógicos. Para tanto, geramos um relatório de dados brutos para trabalharmos nos próximos anos diretamente com as COMGRADs e a PROGRAD.

A partir do Programa de Apoio à Graduação (PAG/PROGRAD), ao longo de uma década, os técnicos das COMGRADs vêm sendo estimulados a produzir abordagens sobre situações específicas dos cursos aos quais têm envolvimento. São exemplos o trabalho de Biurrum (2010) sobre a manifestação dos acadêmicos quanto à desistência de cursar o curso de Estatística e de Daix, Loguercio e Strack (2016) na Química. No primeiro trabalho destaca-se que:

- Quando questionados sobre os motivos que levaram a desistir de cursar Estatística, 19,2% apontaram colisão de horários das disciplinas e trabalho;
- O segundo motivo mais citado foi à dificuldade das disciplinas, com 15% das citações.

Em 2016, na Faculdade de Química da UFRGS, o trabalho de Daix, Loguercio e Strack aponta para a seguinte análise:

- Neste trabalho, mesmo que as variáveis socioeconômicas sejam determinantes para o sucesso do sujeito no vestibular, elas parecem ter pouca interferência sobre os índices de evasão, contradizendo Bourdieu, em uma análise mais superficial. Os estudos apontam, também, outro dado interessante, que estudantes com menor perfil socioeconômico

ficariam retidos por maior tempo do que estudantes com melhor perfil até a obtenção do diploma, porém não evadiriam. Destacamos este trabalho pela proximidade dos sujeitos e pela área de atuação, curso de Física da UFRGS, em comparação com este trabalho, curso de Química da UFRGS. (DAIX; LOGUERCIO; STRACK, 2016, p. 155).

Os estudos realizados, muitos deles, no âmbito de Programas de Apoio à Graduação por técnicos de COMGRADs associados a professores, testavam diferentes hipóteses pelo critério da grade curricular e do perfil socioeconômico como fatores que levariam os alunos à evasão e retenção, e apontavam que era importante considerar múltiplos fatores expressos nas pesquisas quali-quantitativas. No curso de Psicologia, Castro e Teixeira (2012), por exemplo, apontam para as diferenças de valores e aspectos comunicacionais:

- Observou-se que em alguns casos o envolvimento com os colegas de curso dificultou, mas não evitou a evasão do curso. Deste modo, ter criado laços de amizade com outros alunos foi uma questão ponderada quando da evasão, mas não foi decisiva nos casos observados, como ilustrado na fala a seguir: "O problema era que na verdade eu não queria estar na Psicologia, mas eu queria continuar com os meus amigos(...) Talvez se eu não tivesse me aproximado tanto das pessoas teria sido mais fácil pra mim largar o curso". Por outro lado, observou-se que para outros alunos este envolvimento não se deu de forma satisfatória. **As principais dificuldades descritas foram relativas a diferenças de valores e à sensação de não pertencimento ao grupo. Esta última foi importante no processo de decisão de evadir do curso: "às vezes eu não conseguia me identificar muito com as pessoas. (...). Acho que eu não consegui desenvolver um sentido como fazendo parte daquele grupo". Em relação ao envolvimento social com os professores, observou-se uma sensação de distanciamento dos professores por parte dos alunos evadidos.** Este distanciamento foi percebido inclusive em comparação com os professores do Ensino Médio: "Eu acho que eles (os professores) podiam ser um pouco mais próximos assim. Conhecer um pouco mais o aluno assim. Até porque a gente acaba não se identificando muito assim com o professor. Fica uma coisa mais distante mesmo. (CASTRO e TEIXEIRA em CASTRO, 2012, p. 71-72. Grifo nosso).

Nesse último caso, o trabalho destacou a percepção de não envolvimento e identificação com o curso, enfatizando que o engajamento permite desenvolver um sentido fundamental de co-participação em um grupo de referência, que abrange não só acadêmicos, mas também o professorado, em vistas à profissionalização.

Portanto, nos estudos que são realizados por COMGRADs e por professores na UFRGS, visando uma compreensão local da evasão/retenção, as abordagens trilham um caminho metodológico que valoriza a visualização de múltiplos fatores da evasão e retenção. Esses estudos seguem uma compreensão mais abrangente associando análises qualitativas e quantitativas. A percepção do dado bruto sem suas nuances locais nos coloca sob o risco de reduzirmos nossa capacidade de acessar como esses comportamentos se desenvolvem e se agravam em um período de maior duração e de modo processual. Compreende-se então que a leitura de dados estatísticos, que manejamos apenas quantitativamente, indexa situações diversas que podem expressar o resultado de diferentes elementos e variar de curso para curso em função, por exemplo, da relação dos alunos com a grade curricular ou com o próprio perfil de empregabilidade e prestígio da Carreira ao qual estão vinculados. Mas que múltiplos fatores seriam esses?

Antes que esses fatores sejam considerados como configurações intangíveis, nosso empenho é de compreendermos a retenção como um processo, e, com isso, propor a geração de algumas ferramentas operativas para que venham a ser viabilizadas. Estas permitirão observar aspectos do comportamento da retenção em tempo real, bem como potencializarão acesso aos comportamentos coletivos sinalizados como específicos nos cursos de graduação.

Sua indexação, tal como acessamos, permite uma leitura dos dados macro, mas não enseja compreender inteiramente como esses comportamentos se expressam. Ademais, uma indexação totalizante não permite compreender como os alunos elaboram estratégias próprias para realizar seu curso de graduação em outros ritmos, alguns considerados mais demorados e indesejáveis pela Instituição, mas planejados como forma de compatibilizar atividades curriculares com exigências extraclasse. O modo como o aluno realiza os cursos de graduação, seja por parte demanda laboral ou por dificuldades em adequar-se aos planos pedagógicos em execução, merece atenção.

A ausência de acesso a um detalhamento qualitativo e de comportamentos localmente expressos coletivamente, em comparação àquilo que é capturado de forma quantitativa, e em tempo real, semestre a semestre, não enseja um acompanhamento mais efetivo e compreensivo mesmo sobre aspectos individuais e o devido

dimensionamento de comportamentos coletivos. Essa é uma dimensão fundamental para tratar das situações que levam a retenção em cursos de graduação e que não podem ser debitadas somente a uma expressão de dificuldades individuais.

Sobretudo, essa limitação permite leituras individualizantes quando detectadas pelas COMGRADs como um atraso na seriação, e não possibilitam revelar de modo sistemático aspectos estruturais do ambiente acadêmico que possam dialogar criticamente com as características dos projetos pedagógicos em execução.

Quando os dados são lidos como “resultantes” de um processo, o entendimento de tais comportamentos tende a esquadrihar e separar didaticamente o que é expresso por alunos evadidos, ou em retenção, como “fatores subjetivos” e individualizantes. Em contrapartida, os estudos realizados na própria UFRGS em cursos específicos têm demonstrado que os fatores subjetivos evidenciam problemas comuns com relação ao engajamento dos alunos em cursos de graduação. Mesmo que os comportamentos relativos à retenção/evasão não destoem dos índices presentes em alguns cursos de graduação em termos globais, entre cotistas e não cotistas, os resultados de Relatórios apresentados pela CAF despertaram preocupação de que tal comportamento possa se intensificar ao longo do tempo, e alcance de maneira preocupante aos alunos que ingressam por reserva de vagas.

A organização de informações restrita à produção de indicadores tende a se afastar da compreensão da gestão de conhecimentos que visamos alcançar com os processos avaliativos na UFRGS. As informações globais, ao serem devolvidas a destinatários envolvidos no ambiente acadêmico, tendem a fazer com que o conhecimento sistematizado encontre o conhecimento tácito (não sistematizado), que localmente é manejado por técnicos, professores e alunos nos lugares em que investem seu tempo no meio acadêmico.

A proposta desse detalhamento da leitura dos dados de evasão/retenção é de observar o desempenho acadêmico obtido pelos alunos como um índice que revela situações que, ao mesmo tempo, são singulares a um dado curso, mas que podem expressar situações estruturais. Sobretudo, revelam as dificuldades locais que são intensificadas por aspectos institucionais, seja sobre a forma como a seriação acadêmica

é organizada, seja sobre um perfil profissional e de empregabilidade mais complexo para uma dada área. Essa estratégia permite que os índices de evasão (quantificados) tenham um uso mais cuidadoso, potencializando ações locais para seu tratamento.

De um lado, situa-se a preocupação com a possibilidade de que as etapas de cursos de graduação possam ser acompanhadas pelos alunos; de outro, a identificação de que as vagas ociosas que são produzidas pela evasão e retenção não só merecem ser reaproveitadas de forma planejada, mas que sejam também identificados os fatores que produzem estruturalmente vagas ociosas pelas desistências não mais tidas como fatos “naturais”, mas observadas diretamente como comportamentos que podem ser reconduzidos por práticas institucionais orientadas pelo comportamento local. Em outras palavras, deveria ser de interesse da Universidade identificar os gargalos que estruturalmente atingem mais diretamente o conjunto de estudantes de um dado curso.

Para isso, a PROGRAD tem oferecido os PAG. O objetivo do apoio na forma de programas é o do fortalecimento da trajetória de alunos. Tal apoio tem significado recorrer a um conhecimento tácito das COMGRADs sobre qual a etapa ou disciplina é retentora e provoca desistências coletivas dos estudantes em um dado momento do curso. Ou, de outra parte, apontam para a inadequação da forma de organizar grades curriculares que incluam as dinâmicas vividas por alunos trabalhadores, fomentando ações de apoio pedagógico.

É importante ressaltar, que a percepção direta das COMGRADs – a partir desse conhecimento e de suas práticas – muitas vezes está focada no rendimento escolar do aluno individualmente, como já apontamos. Há, entretanto, inúmeros fatores que podem significar uma *TIM* baixa. Entre elas, as dificuldades de conseguir matrícula e compatibilizar horários, bem como reunir condições econômicas suficientes para a matrícula em disciplinas que envolvam o uso de materiais especializados do próprio curso e que poderiam ser melhor visualizados na predominância de “abandono” e “transferência interna”, que ressalta entre as causas de evasão mais frequentes na

UFRGS. Essas características que envolvem as decisões dos alunos pelo “abandono” e “transferência interna” merecem uma atenção fundamental³.

3.2 O ACOMPANHAMENTO QUALITATIVO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS E SUAS ESPECIFICIDADES

Através de uma prática de acompanhamentos presenciais desenvolvida pela CAF, foi organizada uma agenda de escutas diretas sobre o comportamento acadêmico dos estudantes indígenas a partir de maio de 2017 até a finalização dos trabalhos em novembro de 2017. Por meio da realização de um curso de capacitação foram apresentados, de modo sistemático, os achados desse acompanhamento direto. Fomos estimulados a realizar esse estudo a partir das demandas expressas por COMGRADs que em janeiro de 2017 se manifestavam preocupadas em suas estratégias de acompanhamento individual aos alunos indígenas e que tinham percebido que o desempenho de um ou outro aluno estava os levando ao período de jubramento.

Acompanhar esses casos pontuais inicialmente mobilizou a CAF e sua Equipe de bolsistas e técnicos para traçar uma estratégia de escuta mais efetiva, capaz de discernir entre um dado singular e aquele que refletia entendimentos e desentendimentos mais abrangentes sobre os cursos e a realização do percurso acadêmico. Entender como, em um mesmo curso de graduação, tínhamos rendimentos acadêmicos tão díspares entre colegas indígenas fez com que a Equipe CAF elaborasse um período de escuta direta organizada para detectar dificuldades, intermediar soluções pontuais e imediatas, bem como identificar estratégias dos alunos e a eficiência relativa dos insumos mobilizados para os mesmos. Aspectos relativos ao rendimento e as estratégias que os próprios alunos empreendem, associados ao funcionamento de monitorias, orientadores e ações institucionais foram parte desse percurso.

Partes desse projeto-piloto foram apresentadas em versões preliminares em duas reuniões do Fórum de COMGRADs em cursos de capacitação e para os próprios indígenas, no caso do estudo sobre o que observamos quanto ao desempenho e questões globais. Nesse projeto-piloto, buscamos evidenciar os pormenores da

³ No relatório de 2018 demonstraremos quantitativamente o impacto dessa necessidade de detalhamento dos indexadores quando da visualização dos sentidos da evasão para uma melhor compreensão de diferenças entre as diversas subcotas (e entre si) e a ampla concorrência.

estratégia da “escuta” e, observar, em especial, o recurso da monitoria indígena e da orientação de professores/tutores. Outros aspectos relativos ao sucesso e a retenção de estudantes nas grades curriculares estavam sob observação. Trata-se de examinar quais fatores nos permitem um melhor entendimento do comportamento acadêmico que se expressará, em longo prazo, na retenção nos cursos de graduação.

Ao longo de dez anos de reserva de vagas, o conjunto de estudantes indígenas se manifesta numericamente em 742 inscritos no vestibular (+/- 80 candidatos por ano, oito candidatos por vaga). O alcance da política se expressa nas escolhas de cursos e número de ingressantes, já referidos no Relatório 2016 da CAF aqui atualizados:

- ✓ 29 cursos escolhidos
- ✓ 95 ingressantes
- ✓ 7 diplomados
- ✓ 54 matriculados

Quanto às características:

- ✓ 85% Kaingang, 12% Mbyá Guarani e 3% de outros coletivos
- ✓ Cada vez mais jovens (maioria até 20 anos, ou até 25)
- ✓ Predomínio de mulheres (52% do total)
- ✓ Maior parte do interior do estado do RS (57%)

O perfil dos ingressantes registra que são oriundos de comunidades, em sua maioria do Sul do Brasil, e outros aspectos que demonstram uma alteração da faixa etária e predominância de gênero. Note-se que a proveniência do interior do estado volta a destacar a necessidade de abarcar nas políticas de permanência não somente formas de residência coletiva dos alunos, mas também uma observação mais atenta do “ir e vir” entre a UFRGS e seus lugares de procedência, e fortalecimento emocional para cumprir o período de graduação sem romper compromissos com a vida familiar e coletiva.

Observa-se que nos últimos três anos as vagas para o curso de Medicina foram ocupadas por estudantes de outros estados: dois de Pernambuco e um de Roraima.

O projeto-piloto foi realizado pela CAF em duas etapas: escuta e devolutiva. Teve como objetivo compreender as dificuldades acadêmicas e o modo como os diferentes insumos mobilizados para a permanência indígena vinham sendo implementados. Em outras palavras, a política de Ingresso Especial destina bolsa permanência MEC, que muitas vezes é descontinuada pelo Governo Federal tendo que provocar arranjos temporários e prolongados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), e as vagas na Casa de Estudante, são condicionadas a restrições de permanência de crianças acompanhando suas mães no estabelecimento, bem como dificuldades de desempenho e entrosamento dos estudantes indígenas nas rotinas individualizadas oferecidas em sala de aula em seus cursos de graduação.

Além desses elementos que eram constantemente expressos, buscava-se registrar os modos coletivos de fortalecimento dos estudantes e a colaboração direta de monitores e orientadores para minimizar tais dificuldades possibilitando reuniões diretas e momentos de interlocução que pudessem permitir a elaboração de estratégias comuns de estudo e enfrentamento a dificuldades.

Em um segundo momento, a cada sistematização do projeto-piloto, a CAF realizou devolutivas. Uma delas foi o Fórum das COMGRADs sobre os achados que foram detectados durante as escutas individuais e em pequenos grupos de alunos indígenas.

Nosso intuito foi de divulgar os primeiros levantamentos obtidos. E, posteriormente, foi realizada uma devolutiva direta aos estudantes indígenas, com a participação dos mesmos, em Fórum específico, visando a elaboração de estratégias comuns para o enfrentamento e fortalecimento de seu percurso acadêmico. Como em um jogo de espelhos, as devolutivas foram momentos de reflexão sobre as implicações e modos de atenção que eram bem-sucedidos ou que eram considerados inócuos.

Após as reuniões de escutas agendadas na CAF, eram efetuados encaminhamentos imediatos detectados no atendimento, desde cancelamentos de matrículas em disciplinas, até contato com orientadores e monitores. O resultado dessa abordagem qualitativa permitiu a elaboração do Projeto de Acolhimento aos Ingressantes como forma de instrumentalizar aos demais alunos que iniciavam os primeiros meses de sua permanência na UFRGS.

Para tanto, considerou-se o Grupo de Apoio ao Estudante Indígena (GAIN) no curso de Serviço Social e que atua em outras atividades, para o qual a CAF entendeu que não deveria sobrepor suas atividades e sim ampliar espaços de atendimento. A Coordenadoria espelhou-se no GAIN, como atividade coletiva, e com o intuito de constituir um plano de trabalho voltado aos alunos ingressantes.

Um outro aspecto foi a escuta direta de alunos sobre suas principais dificuldades nos cursos ao qual estão vinculados. Há uma predominância de cursos relacionados à área da Saúde. Do leque de 29 cursos escolhidos ao longo do Programa para o ingresso indígena, nove cursos concentram 50% dos alunos indígenas e são os cursos da área da saúde. Enfermagem, Medicina e Odontologia juntas, por exemplo, concentram 29 pessoas que neles ingressaram ao longo de dez anos. Também as solicitações de transferência após o ingresso que são direcionadas para a Saúde. Isso sem contabilizar nos cursos relacionados à área referida, as Ciências Biológicas, Veterinária e Agronomia que seguem sendo cursos buscados com preocupações correlacionadas à segurança alimentar e com preocupações compreendidos de modo conexo a saúde de suas coletividades.

Em termos gerais, estamos trabalhando com uma grande concentração de alunos indígenas que se dirigem à área da Saúde. Por outro lado, nosso trabalho ao longo do ano, apontou a preocupação de é que justamente nessa área de conhecimento que os alunos indígenas mais recorrerem para sua formação superior. E justo nos cursos da Saúde, as grades curriculares, não dispõem de disciplinas ou práticas direcionadas à capacitação de profissionais para as relações étnico-raciais, ou ao cuidado com a diferença de compreensões sobre saúde/doença e entendimento de corpos por outros grupos sociais, mas especialmente os espaços de debate sobre o que aprendemos com as diferenças culturais na formação de profissionais da saúde.

Em outras palavras, nas áreas de Saúde não estão disponíveis as disciplinas de Ensino das Relações Étnico-raciais (ERER), nem para os indígenas nem para o corpo docente e discente debaterem a diversidade étnico-raciais e suas repercussões em sua profissionalização. Uma vez que sua obrigação legal aponta para as Licenciaturas, mesmo o cumprimento legal da UFRGS deixaria essa discussão à margem dessa formação em Saúde na ênfase de Bacharelados. No mesmo Fórum que apresentamos resultados do projeto-piloto, a CAF reapresentou o trabalho realizado pela PROGRAD

em 2016, situando as ausências e presenças de disciplinas EREER nos cursos de graduação e o modo como atenderiam a Lei Federal Nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) atualizada pela Lei Nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008).

A escuta das manifestações individuais e em pequenos grupos de alunos indígenas revelam que há dificuldades em realizar o Plano Pedagógico do modo como é atualmente organizado. Nesse sentido, o engajamento no curso de graduação fica prejudicado. A percepção dos alunos aqui listada foi reorganizada em quadro explicativo pela Equipe CAF destacando dificuldades dos alunos com o Plano de seus cursos e, posteriormente as dificuldades de engajamento na vida acadêmica:

Quanto ao Plano Pedagógico a percepção é de que:

- Os currículos são demasiadamente engessados (pré-requisitos, disciplinas anuais)
- Dinâmicas da Universidade: organização dos cursos, tempos, espaços, normativas
- Matrículas sem orientação presencial prejudicam o entendimento das vantagens e dificuldades que encontrarão no semestre.
- Recorrente dificuldade em algumas disciplinas específicas do curso – e algumas delas já são dificuldades para alunos não-indígenas.
- Dificuldades de acessar as Monitorias de Disciplinas
- Vínculo com Monitores Indígenas e orientadores

Quanto à vida acadêmica apresentam:

- Situações de discriminação nos cursos
- Não se reconhecem nos cursos, nos conteúdos das disciplinas
- Outras formas de lidar com a trajetória acadêmica (movimentos de respiração/retornos à comunidade)
- Centralidade da maternidade para as estudantes mulheres
- Necessidade de convivência com filhos e parentes
- Distância das famílias, de seus coletivos - > ingressam sozinhos nos cursos
- Envolvimento em atividades centrais das comunidades (caciques, professores, lideranças...)

O projeto-piloto foi sendo construído coletivamente como uma modalidade de acompanhamento que buscava abrir um espaço de fortalecimento, ajuda mútua e escuta institucional.

Desta escuta institucional, destaca-se a demanda dos estudantes por um ingresso em que o calouro não estivesse na condição de único estudante indígena do processo seletivo na sala de aula em seu curso de graduação. A presença de veteranos no mesmo curso não supre, em suas percepções e demandas, o necessário engajamento e parceria necessária através do qual construíram sua trajetória, inclusive, escolar. Mesmo que o tenhamos criado a monitoria indígena, cuja condição é o apoio estudantil supervisionado de um estudante veterano, a matrícula como colega de turma impede a atuação de colega como monitor. Em um primeiro momento, a ausência de um colega indígena a partilhar desse mesmo período de adaptação ao curso é apontada como um ponto débil na permanência do estudante indígena. O convívio que se tem na residência da Casa de Estudante, da mesma forma, não alcança aquilo que está sendo experimentado nas salas de aulas, advém de cursos muito diversos.

Assim, a constituição de projetos-pilotos é uma sugestão importante para as ações das COMGRADs/CAF/PROGRAD. Constatamos que o formato de atividades de extensão constitui uma importante ação na consolidação da identificação do aluno com sua área e atividade profissional. Entretanto, é necessário lembrar que as atividades de extensão são muito eficazes também na produção de um engajamento em coletivos e no próprio curso de graduação. Um exemplo de constituição de espaços coletivos é o Projeto de Acompanhamento de Alunos Indígenas executado pelo GAIN. O modo de sua execução pode ser mais sólido quando assumido por coletivos de estudantes e apoiado por COMGRADs e direções de unidades acadêmicas como uma atividade de acompanhamento pedagógico com as características de um projeto de extensão de interesse institucional, rompendo com lógicas do trabalho individual e isolado.

Salienta-se que a própria execução do projeto-piloto teve como objetivos:

- Valorizar e apoiar o estudante indígena para que tenha uma boa vivência na UFRGS, colaborando para a sua autonomia e participação na construção das ações a ele direcionadas;
- Acolhimento e acompanhamento nos primeiros meses da graduação;

- Diagnóstico das demandas e dificuldades na vivência na Universidade e disciplinas nos cursos;
- Discussões sobre temas relevantes e encaminhamentos para outras ações de apoio.

Na metodologia, o projeto-piloto mobilizou duas pessoas da CAF, Técnicas em Assuntos Educacionais, para a realização do trabalho, junto com Técnicas da PRAE:

- ✓ Encontros dialogados
- ✓ Frequência quinzenal, duração de três horas
- ✓ Local - Casa do Estudante

Esse projeto-piloto foi realizado ao longo de quatro meses e alcançou resultados qualitativos importantes ao permitir a compreensão das dificuldades que os alunos ingressantes indígenas têm no entendimento da engrenagem e da linguagem institucional de organização de cursos de graduação na UFRGS, uma vez que essa é uma experiência contrastante com aspectos da organização escolar à qual estavam familiarizados. Entende-se que a formação de grupos de trabalho sobre o tema pode potencializar o entrosamento de monitor, COMGRADs, orientadores em torno dos indígenas que estão vinculados a uma mesma área de conhecimento e que a CAF mantém um contato mais constante podendo participar desse início de atividades. Entre as sugestões direcionadas pela CAF às COMGRADs, elencamos ações potenciais de diferentes atores, incluindo a própria CAF:

- Oferecer Orientações Acadêmicas periódicas (currículos, créditos)
- Estreitar relações de acompanhamento com as COMGRADs (realizando a *busca ativa*)
- Realizar Matrícula Presencial nas COMGRADs, individualizada, em dois momentos: Pré-matrícula, antes do final do semestre anterior; e durante a Encomenda de Matrícula.
- Fomentar a integração com as COMGRADs por áreas para planejar percurso curricular diferenciado para estudantes indígenas.
- Ampliar Programa de Atividades de Acompanhamento em parceria com a PRAE, iniciado neste semestre com os ingressantes em 2017

- Retomar os Encontros Periódicos de Monitoria indígena, envolvendo CAF/COMGRADs/Estudantes/ Monitores/Profs. Orientadores

Entretanto, não se trata de agregar parceiros para atividades coletivas, mas propor dinâmicas menos individualizantes nas formas de abordar e ensinar o engajamento dos alunos indígenas e formulação de soluções. Assim, das elaborações da Equipe CAF, extraímos algumas das sugestões e iniciamos o planejamento e intensificação de cursos de capacitação que permitissem a interlocução direta entre os atores envolvidos na permanência de indígenas. O intuito não é apenas refletir sobre o modo de realização da graduação por parte de indígenas em situações extraclasse, mas estabelecer lugares mais coletivos de interlocução sobre a permanência desses estudantes.

As sugestões provenientes desses Encontros mostram a necessidade de dotar as salas de aulas com outras dinâmicas mais coletivas e que proporcionem um conhecimento mútuo entre alunos e a valorização de suas diversas procedências como forma de potencializar seu engajamento no Plano Pedagógico dos cursos de graduação:

- Propor dinâmicas coletivas de reforço em disciplinas (exemplos: Fisiologia, Microbiologia, Imunologia, Anatomia; Português, Informática, *Moodle*, Textos Acadêmicos, elaboração de resumo, apresentação de trabalhos, informações sobre currículos dos cursos)
- Estudos Orientados entre Pares - encontros reunindo estudantes indígenas para troca de vivência em relação à organização dos estudos, soluções encontradas para progresso nos cursos.
- Ampliar o oferecimento de projetos acadêmicos (ensino e pesquisa) que vinculem estudantes indígenas às suas comunidades.
- Oferecimento de disciplina de Acolhimento aos Indígenas (obrigatória a todos estudantes indígenas no semestre de ingresso nos cursos).
- Oferecimento de disciplina acerca da temática indígena, tendo como professores também sábios indígenas.
- Repensar a regra do Jubilamento. Percebe-se que possuem trajetória de tempo o aproveitamento nos cursos/disciplinas que são diferenciados. Se a

regra permanece a mesma, certamente poucos indígenas se formarão, principalmente nas áreas da Saúde (Enfermagem, Odontologia, Medicina) lugares em que as disciplinas retentoras têm ainda que formular estratégias mais efetivas que o reforço escolar por Ensino a Distância que tem menos efetividade com os alunos indígenas.

3.3 PROJETO-PILOTO SOBRE A PERMANÊNCIA DE ALUNOS COTISTAS: SER ACOLHIDO, ESTAR E DESENVOLVER-SE NO CURSO DE GRADUAÇÃO

O objetivo do projeto-piloto sobre permanência de alunos cotistas que empreendemos em 2017 contou com o apoio de cinco estudantes bolsistas da Coordenadoria motivados a conhecerem seus próprios cursos, propiciando que eles viessem a conhecer e inventariar informações sobre o mesmo e sobre as ações de acolhimento que teriam sido produzidas localmente pelas COMGRADs. Através de alunos cotistas, constituímos uma questão geradora: Que ação de permanência seria interessante aos estudantes cotistas, que traria algum benefício às problemáticas que eles vivenciam no seu curso? Quais são essas problemáticas?

A sistemática adotada foi de iniciar o estudo exploratório visitando suas COMGRADs no caso, os cursos de: Teatro, Engenharias (unificada), Relações Internacionais, Pedagogia, Ciências Sociais e Design.

Foi estimulada a interação com colegas, a construção de momentos coletivos para conversas informais, rodas de conversa, entrevistas, Diretório Acadêmico, Coletivos de Estudantes através de questionários construídos em ferramentas como o *Google Docs*, amistosas e veiculadas para e entre alunos (entre colegas). Desta iniciativa surgiram:

- Questionários elaborados pelos estudantes no *Google Docs* e direcionado aos estudantes de seus cursos.
- Reuniões na CAF para socializações de resultados com o grupo.
- “Inventário” com percepções, análises, olhares dos estudantes, reunindo todas as explorações realizadas.

- Elaboração de propostas de ações locais em parceria com as COMGRADs
- Apresentação de resultados dos projetos em cursos de capacitação da CAF.

Os projetos-pilotos contaram com a checagem realizada com informações da Secretaria de Avaliação Institucional (SAI), especificamente centrada na avaliação discente registrada sobre ambiente em sala de aula, e que são foco de seus questionários semestrais dirigidos a discentes.

Os dados da SAI foram utilizados pela Equipe CAF como amostra de controle, uma vez que os experimentos não se propunham a ter uma abrangência dos dados extraídos por essa Secretaria. Entre os dados levantados pela SAI, observamos as questões que remetiam diretamente a avaliação do docente pelo discente e aquelas questões que, nos cursos observados pelos experimentos, pudessem expressar a percepção dos alunos sobre o ambiente acadêmico, no que tange a fatores que são expressos por eles como fatores que precipitam suas desistências. Os indicadores da SAI não foram utilizados no sentido de checagem dos resultados obtidos pelo experimento de “percepção dos alunos cotistas” acerca de sua experiência universitária com a UFRGS, mas como modo de proporcionar um entendimento sobre os limites e potencialidades dos experimentos.

Desse projeto-piloto foram levantados os seguintes aspectos que exigem uma atenção mais intensa:

1. A dinâmica de avaliação das formas e estratégias que os estudantes constroem para realizar o curso de graduação apontou para problemas frequentes identificados na grade curricular, seja pela dificuldade de organizar grades curriculares para cursos noturnos, seja para mover-se entre diferentes Campus da Universidade com a finalidade de cumprir a seriação.
2. Destacam-se aí aspectos que se concentram nas formas de cumprir a grade recomendada pelas COMGRADs e que não expressam o rendimento do aluno, mas um ritmo mais lento de realizar a grade curricular. Expressam, portanto, que as dificuldades em seguir as etapas do curso não são episódicas

e individuais, mas revelam aspectos estruturais a serem examinados e que guardam conexão com a planificado da seriação aconselhada.

4.INCLUSÃO SOCIAL E AS AÇÕES TRANSVERSAIS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Como parte da elaboração de um ambiente plural e receptivo à diversidade e ao enfrentamento do racismo no Brasil, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009) – Lei Nº 10639/2003 (BRASIL, 2003) dispõe de uma importante ferramenta para construção de percursos pedagógicos que preparem profissionais para mediar conflitos, para refletir sobre o desenvolvimento de habilidades profissionais em termos de reconhecimento da diversidade étnico-racial e enfrentamento aos racismos nos ambientes educacionais.

Mais do que um dispositivo legal obrigatório nas Licenciaturas, as disciplinas conhecidas como ERER (Educação para as Relações Étnico-Raciais) são instrumentos constituintes das políticas de ações afirmativas, pois pretendem propiciar a formação profissional através da instrumentalização de profissionais para lidar com a multiplicidade de conhecimentos e modos de viver na sociedade brasileira que, muitas vezes aparecem circunscritos no ambiente acadêmico, nos relacionamentos interpessoais, mas que repercutem no fortalecimento de percepções profissionais mais atentas à diversidade e a comunicabilidade potencial com diferenças de valores e opiniões. A partir do ambiente escolar, nas universidades e nas práticas profissionais, a temática é inserida como disciplina formadora de perfis profissionais receptivos à diversidade e capaz de tratar de temas como o racismo e a discriminação a pessoas, ideias e modos de conhecimentos diferenciados.

Nesse intuito, o debate sobre a inserção de disciplinas ERER, compatíveis com momentos específicos da formação de profissionais universitários, foi um dos temas priorizados pela CAF, em vista dos debates sobre reformulações curriculares do ano de 2017.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009), estabelece como principais ações das Instituições de Ensino Superior (IES):

- Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Étnico-Raciais nos cursos de graduação do Ensino Superior, conforme expresso no §1º do art. 1º, da Resolução CNE /CP Nº01/2004 (MEC, 2004);
- Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações Étnico-Raciais positivas para seus estudantes.
- Dedicar especial atenção aos cursos de Licenciatura e Formação de Professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei Nº 11645/2008];
- Desenvolver nos estudantes de seus cursos de Licenciatura e Formação de Professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das Relações Étnico-Raciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, s.d.) e com a temática da Lei Federal Nº 11645/2008;
- Fomentar pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas na temática das relações étnico-raciais, contribuindo com a construção de uma escola plural e republicana;
- Estimular e contribuir para a criação e a divulgação de bolsas de iniciação científica na temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais;
- Divulgar junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação a existência de programas institucionais que possam contribuir com a disseminação e pesquisa da temática em associação com a Educação Básica (BRASIL, 2009, p. 30-31).

O ano de 2017 foi marcado pelas reformulações curriculares e, em que pese à temática estar amparada na obrigatoriedade do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As intervenções CAF em Fóruns e Seminários para subsidiar as COMGRADs e os Departamentos no intuito de melhor visualizar a temática em suas potencialidades, buscava a capilarização da temática nas reformulações curriculares ensejando a formação profissionais com as habilidades apontadas pelo parecer que subsidiou a promulgação da Lei.

A CAF buscou estimular o debate nas unidades acadêmicas e cursos de graduação sobre as disciplinas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais, examinando conjuntamente o estudo que já havia sido exposto em curso de capacitação ofertado pela CAF e PROGRAD, já no segundo semestre de 2016.

A Coordenadoria, além de fornecer a visualização de disciplinas, apresentou alguns pontos-chaves da sua leitura global e sugestões de implementação visando à incorporação da temática por meio das reformas curriculares nas graduações.

Destas ações, a CAF enviou recomendações propondo modos de alcançar o atendimento às Diretrizes Curriculares. Ademais do atendimento de Lei Federal, as recomendações evidenciavam as vantagens da capilarização de debates sobre questões relativas às relações étnico-raciais nos mais diversos cursos de graduação, atentos ao momento em que o tema do racismo e a intolerância são preocupações que ensejaram a criação do Comitê contra a Discriminação e Intolerância na UFRGS e também reverberaram na Universidade como temas prioritários nas relações interpessoais.

Para esta temática, a CAF participou da reunião do Fórum das COMGRADs no dia 13 de junho de 2017, com os seguintes pontos de pauta:

- Acompanhamento dos Estudantes Indígenas CAF e COMGRADs;
- Educação das Relações Étnico-Raciais – ERER- nos Currículos da UFRGS visando alterações curriculares.

O objetivo de nossa participação neste Fórum foi o de informar das atividades que estávamos realizando nos meses de maio/junho junto aos alunos indígenas e em vista à compreensão do alcance atual de disciplinas ofertadas na graduação sobre a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais.

O acompanhamento dos estudantes indígenas consistiu na escuta e encaminhamento de questões acadêmicas dos 57 alunos indígenas hoje vinculados em diferentes cursos de graduação. Não é nosso objetivo sobrepor esse acompanhamento sobre como os estudantes realizam seus cursos de graduação com as atribuições regulares das COMGRADs, mas de constituir uma leitura mais ampla de aspectos relativos à retenção em cursos de graduação para oferecer elementos que possam ser considerados nas reformulações curriculares. Damos atenção aos modos como

gestionamos os insumos destinados ao apoio dos alunos, como monitoria, orientador, bolsa permanência e acompanhamento das COMGRADs e da CAF.

Com isso, buscamos visualizar aspectos relativos à retenção nos cursos de graduação, a partir daquilo que pode ser extraído exemplarmente do modo como alunos indígenas vivenciam o curso de graduação. O estudo, enquadrado no projeto-piloto formulado, pautou-se por sistematizar aspectos relativos à organização dos cursos explicitados nos Planos Pedagógicos. Nosso objetivo fora compreender o fenômeno da “retenção” que atinge a totalidade dos alunos da UFRGS, em suas nuances locais e segmentos diferenciados.

Como segundo momento de pauta, oferecemos informações sobre a temática Educação das Relações Étnico-Raciais nos cursos da UFRGS, compreendendo que o assunto, em que pese parecer uma especialidade, pretende fomentar na sala de aula a formação de profissionais com habilidades, dispostos ao diálogo intercultural e a capacitar o debate sobre modos de travar relações interpessoais e profissionais respeitando e atentos a diferenças socioculturais.

A leitura oferecida pela CAF sobre essas questões, incluindo o debate sobre enfrentamento ao racismo e a valorização da cultura africana e indígena, expunha um diagnóstico e proposições imediatas, no sentido de fortalecer e/ou potencializar o debate sobre a consolidação de “percursos acadêmicos” que possam combinar disciplinas em grades curriculares com ações relativas à experiência direta com a temática na extensão universitária. Assim, verificou-se que os cursos que contemplam as disciplinas ERER, em geral, são cursos novos, criados a partir do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), mesmo que não diretamente envolvidos com a temática das Relações Étnico-Raciais em sua área de conhecimento, cumprem as proposições da Lei Nº 11.645/2008, mas priorizam em sua maioria a oferta como eletivas.

1. Detectamos as ofertas de disciplina **obrigatória** visando o cumprimento da Educação das Relações Étnico-Raciais na UFRGS.
2. Quais as atividades e a possibilidade de fortalecimento de percursos próprios na formação de licenciados.
3. Apresentamos os tipos de oferta: Nesse estudo são visualizados dois tipos de ofertas eletivas e distribuições desiguais da temática na Universidade.

3.1 Uma oferta de disciplinas em que os conteúdos do curso tratam da temática de forma tangencial.

3.2 Um segundo tipo de oferta de disciplina que aparece vinculada a uma especialidade da área de conhecimento ou conectada à formação de seus profissionais, e não necessariamente vinculada à Formação, visando à habilidade de fomentar as práticas de ensino na EREER já existente.

Distribuição desigual: Disciplinas vinculadas a EREER estão concentradas em um total de seis Institutos da UFRGS, em doze cursos: Ciências Sociais, Comunicação Social, Design, Filosofia, Geografia, História, Letras, Matemática, Museologia, Música, Pedagogia, Políticas Públicas. Pouca visibilidade das disciplinas EREER: Indiretamente, as disciplinas estão presentes em 58 cursos como um tema relacionado ao estudo sobre a Formação e Diversidade no Brasil.

A leitura da totalidade da planilha que PROGRAD elaborou, e que a CAF disponibilizou aos membros das COMGRADs, mostrou que a UFRGS tem acumulado na temática EREER, observando que o nosso cenário atual ainda merece fortalecer áreas que não contemplam a temática. Nesse intuito, a CAF formulou **sugestões pontuais** durante as reformulações curriculares, a saber:

- Alterar súmulas, reafirmar a importância da temática no percurso acadêmico dos estudantes, habilitá-los elaborar práticas de ensino que contemplem uma sala de aula plural.

- Estabelecer uma comunicação entre as COMGRADs verificando se tais disciplinas, presentes na matriz curricular e oriundas de outros departamentos, ainda estão ativas nos departamentos de origem visando à atualização das substituições efetuadas pelos mesmos em seus currículos atuais.

- As COMGRADs são responsáveis por provocar departamentos para garantir a oferta de disciplinas EREER e para que ela alcance a visualização de percursos acadêmicos que combinem ensino, pesquisa e extensão na formação de acadêmicos e, em especial, de licenciados.

O estudo da PROGRAD permitiu localizar as disciplinas existentes em diferentes cursos. Mostra que, indiretamente, 213 disciplinas existentes na UFRGS poderiam ser

atualizadas nesse sentido, seja por um debate sobre sua conexão com o tema ERER e a formação do profissional do curso em questão, seja alterando súmulas e buscando tais disciplinas em outros cursos. Propostas de ofertas de vagas ou compartilhamento de uma disciplina oriundas daqueles cursos que desenvolvem essa área de conhecimento são recomendadas. Mesmo assim, ainda atingiriam 58 cursos e não alcançariam a totalidade dos cursos da Universidade.

Ativar e reativar disciplinas em seus currículos demandará, possivelmente, a necessidade de atualização das súmulas e compartilhamento de experiências entre unidades da Universidade, sobretudo quando há obrigatoriedade legal a ser atendida,

Entendemos que a comunicação entre COMGRADs, realizada no Fórum das COMGRAD, é fundamental para propiciar uma busca ativa de disciplinas e exemplos capazes de fomentar o debate da comunidade acadêmica visando a formação de graduandos, no que tange a presença da temática e do ensino de práticas ERER, em diferentes áreas de conhecimento na UFRGS.

5. INOVAÇÕES NA REGULAMENTAÇÃO DO INGRESSO EM VAGAS DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E NOVAS FORMAS DE INGRESSO NA GRADUAÇÃO.

5.1 Comissões de Verificação de Autodeclarações Étnico-Raciais:

Desde 2016 a Coordenadoria esteve envolvida na Comissão de Estudos sobre a Verificação de Autodeclarações e, posteriormente na Comissão CEPE-CONSUN que introduziu o dispositivo da Comissão Permanente de Verificação para o ingresso na graduação da UFRGS.

A partir de 2017, a CAF passou a ter a atribuição de coordenar a constituição e funcionamento de Comissões de Verificação de Autodeclarações bem como de realizar o planejamento e execução desses procedimentos. Trata-se da institucionalização de ações permanentes de proteção das finalidades das ações afirmativas e que visam, especificamente, prevenir ou enfrentar as eventuais fraudes na autodeclaração racial. Desse modo, introduzindo metodologia de verificação antecipada, através da heteroidentificação realizada no momento que antecede o vínculo de matrícula nas graduações e capacitando os profissionais que compõem a comissão a acumular experiência e debates críticos sobre categorias étnico-raciais, bem como e os modos de

abordagem não evasivos na recepção de candidatos a vagas para pretos e pardos na Universidade.

A Lei Nº 12.711/2012 definiu das ações afirmativas, os estudantes autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas (PPI), nos termos de políticas compensatórias, tendo como base o conjunto de estudantes egressos de escola pública que optam por essa subcota. Essa atualização da Decisão pela reserva de vagas na UFRGS fez com que o formulário de autodeclaração da Universidade, já existente, fosse ampliado para um campo de preenchimento de justificativa, como forma de captar a percepção do candidato sobre sua autodeclaração.

A opção de concorrência nessa modalidade de ingresso e a obtenção do pré-requisito para a matrícula, anterior ao advento das Comissões, tinham como exigência apenas receber a opção individual do candidato de, subjetivamente, realizar sua escolha de enquadramento étnico-racial e uma apresentação presencial obrigatória no ato da matrícula diante de sua COMGRAD. Todavia, não dotava às COMGRADs com parâmetros e atribuições aptas a negar matrículas em caso da divergência quanto a pertinência de uma ou outra autodeclaração, delegando essa situação a uma denúncia individual e posterior ao vínculo de matrícula.

Em 2017, o acolhimento de denúncia coletiva de ocorrência de 304 estudantes supostamente fraudadores das cotas raciais, a UFRGS constituiu também a Comissão Especial de Verificação das Autodeclarações Étnico-Raciais que, percorrendo o regular e adequado trâmite administrativo, procedeu à aferição por critério fenotípico de todos os estudantes denunciados.

As duas Comissões são fruto de um debate referendado no CONSUN e que já havia recepcionado estudos sobre a metodologia e necessidade de tecnologias de controle para a recepção presencial de autodeclarações por comissão própria nos processos regulares de vinculação à graduação.

O procedimento da Comissão Especial para a Verificação de Denúncias teve o comparecimento de 274 alunos e resultaram em 239 pareceres de indeferimento e 35 de deferimento. Cumprindo os Constitucionais Princípios do Direito ao Contraditório e da Ampla Defesa (BRASIL/CONSTITUIÇÃO, 2008), foram recebidos 218 recursos contra

a Decisão da Comissão de Verificação. Em acatamento a recomendação Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) do MPF/RS, as análises de recursos serão realizadas por Comissão específica em período a ser definido.

A complexidade da atuação da Universidade sobre a denúncia de fraude, bem como das consequências advindas é resultante da inexistência, até então, de instância com as atribuições de avaliação da adequação das Autodeclarações cotejadas com a presença do candidato transformando esse momento em um Ato Administrativo. Assim, estudantes regularmente matriculados, predominantemente ingressantes em 2016 e 2017, cuja Autodeclaração étnico-racial não foi arbitrada na ocasião por procedimentos de heteroidentificação, eram denunciados depois de vinculados a um curso de graduação.

Concomitante ao surgimento das denúncias individuais e coletivas, quanto a ocupação indevida de vagas para autodeclarados, um mecanismo administrativo para antecipar-se ao controle social passa a ser debatido inicialmente com a constituição de uma comissão de estudos, na qual participa a CAF como presidente e vice da mesma e que se detém na base jurídica e na metodologia a ser empregada.

Isto é, a arbitragem por terceiros, da opção subjetiva exercida pelo candidato é centralizada em uma comissão de caráter administrativo, assegurando o Princípio do Contraditório no Processo Administrativo de análise documental para preenchimento de vaga, e que se detém na pertinência de uma autodeclaração firmada e justificada pelo candidato. Essa nova instância não faz perguntas, não procede a uma entrevista, pois a Autodeclaração é considerada uma legítima expressão do candidato, entretanto cabe à Comissão verificar a adequação do fenótipo do mesmo à reserva de vagas pleiteada e que cumpre a função de ser uma política reparatória e de afirmação de identidades étnico-raciais negras (como pretos e pardos) do próprio candidato na atualidade.

Sustentada em base legal de reconhecimento institucional no âmbito de várias IFES, as aferições são baseadas na constatação fenotípica de pretos e pardos para a ocupação de vagas reservadas em política reparatória, visando superar um recorrente argumento sobre a dificuldade em definir “quem é negro no Brasil” para um dispositivo

que zela pelo preenchimento devido dessa subcota. A institucionalização dessas ações de proteção das subcotas das ações afirmativas, também está associada às responsabilidades jurídicas da Administração Pública em garantir o alcance das finalidades das políticas públicas no seu âmbito. No caso das Políticas de Cotas no Ensino Superior, estão bem explicitadas as metas e as consequências que Políticas Especiais produzem na correção das desigualdades históricas que estruturam as assimetrias raciais no Brasil.

A Comissão Permanente de Verificação das Autodeclarações Étnico-Raciais foi criada em decorrência da aprovação, pelo CONSUN, de inclusões de novos dispositivos, dispostas na Decisão Nº 212/2017, que trata do Programa das Ações Afirmativas, surgido em 2007, o qual já sofreu vários aperfeiçoamentos.

Consolidado no Edital do Vestibular 2018, a regularidade dos critérios de aferição dos alunos classificados no vestibular e SiSU, nas modalidades de cotas raciais, foi resultado de um amplo debate no âmbito da Comissão Especial CEPE-CONSUN que alterou o Programa de Ações afirmativas para a Decisão Nº 212 de 2017.

Por um lado, a aferição por Comissão Especial, pelos parâmetros e metodologia da heteroidentificação, pode ser operacionalizada para acolher e dotar de procedimentos de verificação as denúncias individuais e coletivas.

A Comissão Permanente de Verificação foi instituída a partir desses critérios:

[§ 1º] A Comissão será composta por 16 membros titulares, sendo 11 servidores da UFRGS (docentes e técnico-administrativos), 3 discentes da UFRGS e 2 integrantes do Movimento Negro com vínculo na UFRGS; e por 4 membros suplentes, sendo 2 servidores da UFRGS, 1 discente da UFRGS e 1 integrante do Movimento Negro com vínculo na UFRGS e acompanhamento, sem direito a voto, de 2 observadores do movimento negro. (UFRGS 2017/ Decisão Nº 212/2017).

Seus 16 membros titulares (docentes, técnico-administrativos, discentes e observadores do Movimento Social Negro) realizaram sua primeira etapa de verificação no período de 05/02 a 09/02/2018, e nos demais chamamentos constituídos por editais específicos subsequentes para os chamamentos de novos membros. Portanto trata-se de uma nova atribuição assumida pela CAF, com a participação do Conselho Consultivo dessa Coordenadoria, para aprovar nominatas da constituição da Comissão Permanente

e gerenciamento da realização das aferições, e que terá como impacto a necessidade de uma nova configuração na estrutura e no suporte das suas atribuições, sob responsabilidade da CAF.

No período de operacionalização da Comissão Permanente de Verificação das Autodeclarações Étnico-Raciais, as recomendações do MPF, quanto à necessidade de constituir uma comissão de recursos própria e superior foram garantidas aos candidatos, incluindo as situações relativas aos alunos denunciados recebidos pela Comissão Especial que organiza a verificação de suas autodeclarações.

O surgimento das Comissões de Verificação de Autodeclarações Étnico-Raciais na UFRGS, como nas outras IFES, anunciam um novo ciclo de avaliação de consolidação dos resultados da política de reserva de vagas. As experiências nos dez anos de vigência do Programa de Ações Afirmativas da Universidade, bem como os seus resultados positivos, mostram a importância da contribuição da comunidade universitária e do movimento social sobre a consolidação dessa política de inclusão, e confirma os esforços e compromissos empreendidos pela administração da Universidade com a justiça social e a diversidade.

Cabe ressaltar, que a efetiva realização dos objetivos de inovações quanto ao controle da destinação de vagas destinadas ao programa de reserva de vagas exige um aperfeiçoamento contínuo, baseado no diagnóstico, levantamento de dados dos procedimentos e reformulações das ferramentas que levam a matrícula de alunos que fizeram a opção de subcotas. A coordenadoria tem participado dos estudos que são desenvolvidos durante o processo de trabalho para dar maior eficiência técnico-comunicacional para seus procedimentos. Participamos de atividades, registramos atendimentos individuais que visam tornar aspectos relativos a inscrição até a matrícula nas ações afirmativas na UFRGS mais conhecidos de candidatos e alunos em fase de análise documental.

5.2 Ingresso Especial de Refugiados na Graduação:

A Coordenadoria participou da elaboração e lançamento do primeiro Edital para o Ingresso Especial de Refugiados na Graduação. A participação da CAF consistiu na elaboração, junto com a PROGRAD, do Edital com a caracterização da condição de

preenchimento de vaga tal como expressa na decisão n. 366 de 2015 do CONSUN. Nesse Ingresso foi realizada a primeira seleção e vinculação de estudantes ao Programa de Português para Estrangeiros:

Janeiro de 2018	Primeira seleção de refugiados
Fevereiro de 2018	Período de vinculação dos alunos ao Programa de Português para Estrangeiros. Primeira etapa do Programa de acolhimento
Março a novembro de 2018	Primeiro semestre com acompanhamento dos alunos e demandas específicas a serem atendidas junto ao PPE
Novembro de 2018 Dezembro 2018 a janeiro de 2019	Formulação e lançamento do segundo edital para Processo Seletivo Especial de Refugiados. Primeira avaliação do Programa visando novo ingresso especial

No primeiro ingresso (edital 2017, ingresso em 2018):

- Ofertadas 32 vagas em 19 cursos de graduação.
- 30 inscritos:

17 candidatos homologados em 13 cursos

- 6 foram aprovados em 6 cursos de graduação

O Programa tem sido monitorado pela CAF a fim de ampliar a rede de órgãos parceiros envolvidos no processo seletivo especial.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Uma das características dos relatórios da CAF é de proporcionar ações visando a devolutiva de sua sistematização, seja como Relatórios Públicos, seja como orientação a ações em parceria com Unidades e, em especial, as COMGRADs. As ações empreendidas ao longo de 2017, visando a pesquisa qualitativa, permitiram que ambos movimentos fossem realizados de modo concomitante. O Relatório, portanto, expressa não só ações de análise da situação do acompanhamento de alunos cotistas, mas extrai das ações realizadas elementos importantes e sugestões de aprimoramento da política de reserva de cotas, no que tange à necessidade de fortalecer o engajamento dos alunos na UFRGS, e para o autoconhecimento da Universidade, a respeito dos percursos acadêmicos de alunos cotistas.

Se a CAF tem atuado em devolutivas locais aos cursos de graduação, a SAI faz, do mesmo modo, estudos sistemáticos sobre a relação docente-discente e a avaliação do ambiente acadêmico. Tal base foi fundamental e desencadeadora de projetos-pilotos empreendidos pela Coordenadoria. Em geral, os estudos de avaliação institucional estão atentos ao rendimento da Universidade sobre o universo de alunos ingressantes e aqueles que atingem o sucesso da formatura e nos revelam aspectos importantes do comportamento interpessoal, no ambiente em sala de aula e na Unidade a qual o aluno está vinculado.

É o momento de atender a uma leitura local, permitindo que um conhecimento sistematizado seja submetido a novas estratégias e à apropriação daqueles que atuarão diretamente nos cursos de graduação e manejam um conhecimento tácito, em alguns casos COMGRADs que realizaram suas próprias pesquisas, aqui expostas, a partir dos PAGs proporcionados pela PROGRAD. Essa prática de devolutiva tem permitido a essa Coordenadoria reorientar suas próprias pautas de trabalho anuais e buscar a sistematização de informações oferecendo novas bases de dados, sobretudo qualitativas, para responder a indagações específicas sobre comportamentos percebidos pelas COMGRADs em seus cursos.

Nesse sentido, a partir dos projetos-piloto de acompanhamento alcançamos alguns dados qualitativos que podem se constituir em indicadores sobre o modo como localmente os cursos propiciam formas de engajamento na vida acadêmica. Considera-

se que visualizar e fortalecer o percurso acadêmico dos estudantes em seus contextos locais é uma ação que envolve diversos setores da Universidade.

Os projetos-pilotos realizados buscaram aprofundar estudos sobre comportamentos individuais com concentração na retenção como um processo a ser monitorado por diferentes atores na UFRGS. Muitas hipóteses deveriam ser testadas localmente, para além de uma fotografia momentânea dos índices resultantes de retenção/evasão e diplomação de uma Instituição. Para tanto, é importante considerar que a evasão é um problema que deveria oportunizar o debate sobre a integração do estudante à vida acadêmica, atentando para aspectos relativos ao que rememoram ter sido chamado por Kira (1998) de “fuga de alunos” (citado em Baggi e Lopes, 2011; p. 362), ressaltando a evasão como o resultado de vários processos sociais e culturais que permeiam a vida acadêmica e institucional. Estes estudos tiveram que estabelecer canais de comunicação direta visando o fortalecimento do percurso acadêmico, observados na graduação através dos estudantes cotistas.

Portanto, a avaliação institucional e a visibilidade do problema da “evasão” no Ensino Superior ensejariam o debate sobre as formas de buscar soluções tanto para produzir um maior engajamento dos estudantes em seus cursos de escolha na graduação, quanto para readequar grades curriculares, seriação aconselhadas e identificar disciplinas retentoras que merecem uma atenção, coletiva e cooperativa, entre diferentes COMGRADs que identificaram questões estruturais e localizadas em etapas específicas em seus cursos.

A possibilidade de diagnóstico local é de suma importância para operacionalizar alterações curriculares ou mover insumos para que o conhecimento tácito de profissionais seja fundamentado em leituras que atinjam a compreensão de características de grades curriculares e não somente de casos individuais.

Deste modo, quando a Coordenadoria decidiu em Relatórios anteriores expandir a análise puramente quantitativa de desempenho dos alunos, centrada nas taxas de integralização de créditos e nos conceitos obtidos, preocupando-se com questões socioeconômicas do perfil do alunado, deslocou suas preocupações para a compreensão de um contexto social que se tornava mais presente na Universidade. Aqui, igualmente,

motivar a prática de coletar e agregar dados de desempenho de forma mais coletiva, e não mais tratados como “casos individuais”, nos permitiria repensar e readequar grades curriculares ao tempo real que os alunos as realizam, tendo que compatibilizar com suas atividades laborais.

Entende-se que essas questões envolvem a problematização das formas como a gestão do conhecimento na Instituição enseja formas inovadoras de atendimento a qualificação de cursos de graduação.

Reiteramos que uma análise limitada ao desempenho do aluno mostra-se restrita aos efeitos de aspectos estruturais, que ainda são tratados como questões individuais e não possibilitam perceber contextos mais abrangentes e o modo como incidem em seu percurso acadêmico.

De modo particular, a leitura qualitativa é relevante quando associada a abordagem dos fatores quantitativos de desempenho (como taxa de créditos integralizados). Essas propostas de ler os dados poderiam juntas fornecer elementos mais úteis para o entendimento de “agravantes” e “tendências” do próprio curso que, até o momento, eram visualizadas unicamente através da resultante do desempenho escolar” (Relatório 2016).

O que isso significa concretamente para a dificuldade das COMGRADs acompanharem o desempenho dos alunos? Primeiro, que a visualização de alunos que entram no Regime de Observação de Desempenho (ROD) é destacada como um fato individualizado, o que limita que as COMGRADs extraiam informações e realizem um diagnóstico em tempo real de como esse comportamento, a cada semestre, se repete ou é alterado por situações concretas e locais, relacionadas sobretudo ao que ocorre na grade curricular e na distribuição de horários ou relacionado às práticas didático-pedagógicas utilizadas.

Segundo, que ainda são inacessíveis as informações sobre o perfil socioeconômico dos alunos de seu curso para as COMGRADs. Sobretudo, se os alunos são trabalhadores e como isso influi em suas escolhas semestrais, a fim de conhecer dificuldades específicas que ajustes de ofertas de horários ou outros apoios institucionais poderiam ser criados para coletivos.

Se a identificação e o suporte para alunos identificados em ROD impulsionam a leituras individuais e apoio pedagógico, outras situações contempladas no comportamento de retenção não têm tido o mesmo potencial de tratamento e deixam de subsidiar a criação de iniciativas com desenhos mais amplos e efetivos aos cursos de graduação. A situação do aluno em ROD não expressa tudo sobre retenção e evasão, como veremos no relatório quantitativo de 2018.

Do acompanhamento ao percurso acadêmico:

1. É necessária uma prática constante de avaliação de desempenho de alunos preocupada com a obtenção e a disponibilização contínua, para uso das COMGRADS, de dados oriundos de bases diversificadas da Universidade a fim de compreendermos o conjunto de suas vulnerabilidades e nos permitir um entendimento dos múltiplos fatores que incidem sobre a taxa de vinculação dos alunos nos cursos, como já exposto no Relatório de 2016.
2. No que tange ao atendimento de estudantes indígenas, aprendemos que formas coletivas de engajamento no curso devem ser menos individualizadas e gerar ambientes solidários de apoio didático-pedagógico e, a partir das experiências de monitorias, mais cooperativos entre colegas que estão vinculados ao mesmo curso. Todavia, há que se considerar que no caso dos indígenas o curso de graduação concorre coma dinâmica da vida coletiva nos lugares de origem e muitas de suas ausências na vida acadêmica decorrem de um “ir e vir” importante para que as comunidades indígenas percebam que os estudantes ainda fazem parte da vida comunitária e de suas exigências familiares.
3. Fomento a implementação das disciplinas EREER – Do Ensino das Relações Étnico-Raciais – na graduação. Observa-se que tais temáticas ensejam a formação de profissionais em formação de Nível Superior para uma maior atenção a um ambiente inclusivo, diversificado e plural, em sintonia com os temas e elaborações de profissionais em formação na Universidade. Diretamente, a introdução dessa temática na formação da graduação, introduz a possibilidade de tornar o ambiente acadêmico receptivo à pluralidade.

Recomendações sobre inovações em desenhos institucionais que impactam a graduação:

1. Novos estudos a partir de dados disponíveis em diferentes bases, organizados pela Equipe CAF, nos permitirão, nos próximos anos, oferecer leituras atualizadas que elucidam o comportamento do ingresso e retenção e o modo como impactam as ações afirmativas, no conjunto de discentes no ambiente universitário atual. Todavia, é fundamental que o Centro de Processamento de Dados da UFRGS possa estar envolvido a corresponder na formulação de ferramentas para um acompanhamento do percurso acadêmico por parte das COMGRADs. Uma visualização do percurso acadêmico, sobre o que ocorre no final de cada semestre em tempo real, conhecer o modo como os estudantes organizam a fim de extrair possibilidades de formular estratégias de aprimoramento do mesmo. Uma visualização do percurso acadêmico do conjunto dos alunos, sobre o que ocorre no final de cada semestre em tempo real, permitirá conhecer o modo como os estudantes organizam esse percurso a fim de extrair possibilidades de formular estratégias de aprimoramento do mesmo. Atualmente esse acompanhamento informacional é disponível apenas de modo a singularizar o aluno a um atendimento individual, sem, contudo, propiciar uma leitura do percurso acadêmico e o modo como a grade curricular em vigência é realizada pelos estudantes.
2. Uma das proposições ainda a serem realizadas é a capacidade da Universidade em registrar e detectar a condição social do aluno quanto ao perfil socioeconômico para a compreensão de vulnerabilidades e formulação de atividades visando o fortalecimento do percurso acadêmico. É importante criar ferramentas para tal leitura que permitiriam auxiliar a formulação de ações pedagógicas locais menos individualizadas.
3. Para além do fortalecimento e necessidade de auxílios indispensáveis aos alunos com um perfil de baixa renda, é importante conhecer de modo mais direto as estratégias e modos que os alunos encontram para compatibilizar suas múltiplas atividades extra-acadêmicas, atividades que concorrem com a vida acadêmica e

que podem, ao longo do percurso universitário, desencorajá-los a prosseguir com os estudos.

Através de projetos-pilotos, esse Relatório produziu uma sistematização de um conhecimento tácito da Universidade sobre si e que tem sido operacionalizado diretamente por algumas das COMGRADs. Entendemos que novas formas de acompanhamento, menos individualizadas, merecem ser fortalecidas através de *surveys* institucionais em cursos de graduação. A base informacional que podemos manejar ainda diz respeito ao perfil do ingressante de modo individual e vinculada ao momento de ingresso no curso, o que não a torna operativa para o conhecimento do conjunto dos estudantes durante o percurso acadêmico.

O êxito da política de ações afirmativas e dos processos de inclusão não deriva somente da produção de indicadores de desempenho traduzidos em diplomação, mas de nossa capacidade institucional em introduzir inovações e propor aperfeiçoamentos contínuos no sentido de propiciar o ingresso e acompanhamento da permanência dos estudantes ao longo de sua graduação, a fim de fortalecer a permanência pela criação de estratégias diversas que gerem processos de identificação dos estudantes com os cursos de suas escolhas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGGI, Cristiane A. dos S. ; LOPES, Doraci A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. Campinas, Sorocaba, São Paulo, Vol. 16, N. 2, p. 355-374, jul., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a07v16n2.pdf>. Acesso em 02 dezembro de 2018.

BIURRUM, André L.; NUNES, Luciana N. Perfil do aluno evadido do curso de Estatística da UFRGS. **Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística**. São Paulo, N. 19, 2010. Disponível em: http://www.ime.unicamp.br/sinape/sites/default/files/Artigo_19SINAPE.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

CASTRO, Alexandre K. S. S. de; TEIXEIRA, Marco A.P A. Artigo 3. A evasão em um curso de psicologia da UFRGS: uma análise qualitativa. Em: Alexandre K.S. S. de CASTRO. Evasão no Ensino Superior: um estudo no curso de psicologia da UFRGS. Porto Alegre, **Dissertação de Mestrado**, Instituto de psicologia/ PPGPS: UFRGS, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/55077>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

CASTRO, Alexandre K.S.S. de. Evasão no Ensino Superior: um estudo no curso de psicologia da UFRGS. Porto Alegre, **Dissertação** (Mestrado em Psicologia), Instituto de psicologia/ Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/55077>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

CASTRO, Alexandre K. S. S. de; TEIXEIRA, Marco A.P. A evasão em um curso de psicologia. **Psicologia em estudo**, Maringá, Vol. 18, N. 2, p. 199-209, abril./jun., 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287128992002.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

DAIX, André C.; LOGUERCIO, Rochele; STRACK, Ricardo. Evasão e retenção escolar no curso de licenciatura em química do instituto de química da UFRGS. **Investigações em Ensino de Ciências**. Vol. 21, N. 2, p. 153-178, 2016. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/111/229>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

GILIOLI, Renato de S. P. Evasão em Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. **Estudo Técnico**. Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados, maio, 2016. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/2016_7371_evasao-em-instituicoes-de-ensino-superior_renato-gilioli. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

JANNUZZI, Celeste A.S.C; TÁLAMO, Maria de Fátima G.M. A empresa e os sistemas humanos de informação: uma abordagem conceitual para a gestão da informação. **Transformação**. Campinas, Vol. 16, N. 2. P. 171-187, maio/agosto, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v16n2/05.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

KIRA, Luci F. A evasão no ensino superior: o caso do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (1992-1996). **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação/Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1998.

LÁZARO, André. Editorial. Em: Dilvo.Ristoff. Vinte e um anos de educação superior, expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, n. 3, jan.-jun., Rio de Janeiro: FLACSO/GEA/UERJ/LPP, p. 3-4, 2013. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N3.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

LEITE, Denise; TUTIKIAN, Jane; HOLZ, Norberto. (Orgs.). Avaliação e compromisso: Construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de educação superior, expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, n. 3, jan.-jun., Rio de Janeiro: FLACSO/GEA/UERJ/LPP, 2013. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N3.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

Documentos:

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO**. REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL, 2008. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88 Livro EC91 2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em 02 de dezembro de 2018.

_____. **LEI Nº 10639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

_____. **LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

_____. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

_____. **LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO/MEC. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1852-diretrizes-curriculares-pdf&category_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

_____. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1852-diretrizes-curriculares-pdf&category_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

MEC. **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

UFRGS 2007 Conselho Universitário da UFRGS (CONSUN) **DECISÃO Nº 134/2007.** Disponível em: http://www.ufrgs.br/eenf/ensino/graduacao/saude-coletiva/documentos-legais/decisao-consun-134_2007. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

UFRGS 2011. **RESOLUÇÃO Nº 22/2011.** Disponível em: http://www.ufrgs.br/cepe/legislacao/resolucoes-normativas/Res_222011_Alteracao_da_Res462009_CEPE.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

UFRGS 2012. **DECISÃO Nº 268/2012.** <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/decisao-no-268-2012-consolidada/view>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

UFRGS 2015. Conselho Universitário da UFRGS (CONSUN) **DECISÃO Nº 366/2015.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/decisao-no-366-2015>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

UFRGS 2016a. Conselho Universitário da UFRGS (CONSUN) **DECISÃO Nº 312/2016.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/decisao-no-268-modificada-2016-1/view>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

UFRGS 2016b. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2016-2020.** Disponível em: http://www.ufrgs.br/pdi/PDI_2016a2026_UFRGS.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

UFRGS 2017. Conselho Universitário da UFRGS (CONSUN). **DECISÃO Nº 212/2017.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/decisao-no-212-2017/view>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

RELATÓRIOS da CAF, nas gestões de 2012-2016:

UFRGS 2012. **RELATÓRIO COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS 2008-2012.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/relatorio/relatorio-2012/relatorio-ingresso/view>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

UFRGS 2014. **RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS 2013/2014**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/relatorio/relatorio-final/view>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

UFRGS 2015. **RELATÓRIO BIANUAL DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PERMANÊNCIA E DESEMPENHO DISCENTE 2013-2015**. (Comissão *ad hoc*). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/relatorio/relatorio-2015/relatorio-caf-2015/view>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

UFRGS 2016. **RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/relatorio/relatorio-2016/view>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

8. ANEXOS

Anexo 1 - Referências bibliográficas para orientar estudos sobre a temática da evasão/retenção na UFRGS

UFRGS 2015. **Relatório Bianual do programa de Ações Afirmativas, Permanência e Desempenho Discente (2013-2015)**. (Comissão *ah doc*). Disponível em: <file:///C:/Users/TEMP/Downloads/Relatorio%20CAF%202015%20final%20-%20Revisoes%20CONSUN.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

Sobre evasão e a política de ingresso no ensino superior brasileiro:

BAGGI, Cristiane A. dos S.; LOPES, Doraci A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. Campinas; Sorocaba, São Paulo, Vol. 16, N. 2, p. 355-374, jul., 2011.

RODRIGUES, Francisco de Paula M.; BARBOSA, Clara I. V. Auto-avaliação institucional: "cada um sabe onde lhe aperta o sapato". **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba, São Paulo, Vol. 11, N. 1, p. 47-63, março, 2006.

SILVA FILHO, Roberto L.L. (*et al*). A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Vol. 37, N. 132, p. 641-659, Set/Dez. 2007.

Sobre evasão e a política de ingresso no ensino superior brasileiro em universidades públicas federais:

DAVOK, Delsi F.; BERNARD, R. P. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. Campinas; Sorocaba; São Paulo, Vol. 21, N. 2, p. 503-521-80, jul., 2016.

PALHARINI, Francisco de Assis. Elementos para a compreensão do fenômeno da evasão na UFF. **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. Campinas; Sorocaba; São Paulo, Vol. 9, N. 2, p. 51-80, jun., 2004.

Sobre evasão e a política de ingresso no ensino superior brasileiro em universidades públicas federais e a percepção dos estudantes:

BARDAGI, Marúcia P. "Não havia outra saída": percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico USF**. Bragança Paulista, São Paulo, Vol. 14, N. 1, p. 95-105, jan./abr., 2009.

SECCO, Evandro B. Evasão nas aulas de educação física e considerações sobre uma prática pedagógica excludente. **Corpo consciência**, N. 14 p. 79-91, jul./dez. 2004.

VANZ, Samile A. de S. (*et all*). Evasão e retenção no curso de Biblioteconomia da UFRGS. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Vol. 21, N. 2, p. 541-568, 2016.

Sobre evasão e a política de ingresso no ensino superior brasileiro em universidades públicas federais em cursos da UFRGS antes de 2012:

BIURRUM, André L.; NUNES, Luciana N. Perfil do aluno evadido do curso de Estatística da UFRGS. **Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística**. 19ª SINAPE, Campinas, SP, 2010. http://www.ime.unicamp.br/sinape/sites/default/files/Artigo_19SINAPE.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

CASTRO, Alexandre K. dos S.S. de. A evasão em um curso de psicologia: uma análise qualitativa. **Psicologia em estudo**. Vol. 18, N. 2, p. 199-209, abr./jun. 2013.

CASTRO, Alexandre K.S.S. de. Evasão no Ensino Superior: um estudo no curso de psicologia da UFRGS. Porto Alegre, **Dissertação** (Mestrado em Psicologia), Instituto de psicologia/ Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFRGS, Porto Alegre, 2012.

DAIX, André C.; LOGUERCIO, Rochele; STRACK, Ricardo. Evasão e retenção escolar no curso de licenciatura em química do instituto de química da UFRGS. **Investigações em Ensino de Ciências**. Vol. 21, N. 2, p. 153-178, 2016. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/111/229>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

LIMA JÚNIOR, Paulo. Contribuições da pesquisa em educação e ensino de ciências para a compreensão da evasão no ensino superior: lacunas na pesquisa com respeito aos cursos de graduação em Física. **Encontro de Pesquisa em ensino de física**. SP. N. 12, p 24-28: out., 2010.

LIMA JUNIOR, Paulo; OSTERMANN Fernanda; REZENDE, Flávia. Análise dos condicionantes sociais da evasão e retenção em cursos de graduação em física à luz da sociologia de Bourdieu [recurso eletrônico]. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. Vol. 12, N. 1, p. 37-60, 2012. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/2422/1822>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

MOURA, Ana Maria M. de (*et.all.*). Análise da evasão e retenção no curso de Arquivologia da UFRGS no período de 2000/1 a 2009/2. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, N. 12, out., 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/62673>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

VANZ, Samile A. de S. (*et all.*). Evasão e retenção no curso de Biblioteconomia da UFRGS (2000/1 - 2009/2): **Relatório Final** [manuscrito]. Porto Alegre. Comissão de Graduação em Biblioteconomia. FABICO-UFRGS, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/126647/000912547.pdf?sequence=1>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

Sobre evasão e a política de ingresso no ensino superior brasileiro em universidades públicas federais em cursos da UFRGS depois de 2012:

ANDRADE, Ana M. J, de. Desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários: relação com indicadores da assistência estudantil. **Dissertação** (Mestrado). 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148254>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

LAMERS, Juliana L. de S.; SANTOS, Bettina S. dos; TOASSI, Ramona F. C. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, Vol. 33, p. 154-730, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e154730.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

RODRIGUES, Francisco S. Estudo de evasão no curso de ciência da computação da UFRGS. **Revista Brasileira de Informática na Educação**. Florianópolis, Vol. 23, N. 1, p.

97-109, mar., 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/77275>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

SOUZA, Juliana M. de. Programa de apoio à graduação: permanência do estudante de Odontologia/UFRGS. **Revista da ABENO**. São Paulo, Vol. 16, supl. 2, p. 103-, 2016.

_____. Trajetória do estudante no curso noturno de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: perfil do ingressante, situação acadêmica e motivos de retenção e evasão. **Dissertação** (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/104662>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

_____. Situação acadêmica (retenção / evasão) do estudante do Curso Noturno de Odontologia / UFRGS. **Revista da ABENO**. São Paulo Vol. 14, N. 2, p. 70-71, jul./dez. 2014.

Anexo 2: Cronologia das ações da CAF

Ao longo de 2017 foram realizadas um conjunto de atividades regulares, mas que merecem destaque:

- **Participação no evento “UFRGS Portas Abertas”**: ampliação de participantes na Equipe CAF a partir de Projeto de Extensão – “A UFRGS em ritmo de Ações Afirmativas”. Atendimentos itinerantes e sala base no Campus do Vale para orientação de opções no Concurso Vestibular UFRGS/2017

- **Escolha de cursos do PSE**: O Processo Seletivo Especial –PSE-, de escolha de cursos a serem ofertados pela Universidade para estudantes indígenas, inicia com um Encontro com as lideranças indígenas, momento onde são escolhidos os cursos que pretendem o ingresso de jovens indígenas. Após é realizado o trâmite de encaminhamento à Coperse com o objetivo de divulgar o Edital. Em outubro de 2017, ocorreu a reunião na Casa dos Capuchinhos, no Morro Santo Antônio em Porto Alegre, sendo escolhidos os seguintes cursos (quais?). Ao longo dos dez anos da Reserva de Vagas, a UFRGS manteve os procedimentos de escolha de cursos e provas específicas para o ingresso de estudantes procedentes de comunidades indígenas.

- **Acolhida dos estudantes indígenas:** A matrícula dos estudantes indígenas ocorre após o processo de matrícula dos demais estudantes da Universidade. Em fevereiro de 2016, este processo ocorreu de forma a atender individualmente cada estudante ingressante para fins de realização da matrícula, confecção de cartão UFRGS, receber orientações referentes à benefícios e apoios que a Universidade oferece. Ainda, a CAF realizou o acompanhamento para solicitação da Bolsa-Auxílio MEC. A organização dessa atividade é realizada em conjunto com a PROEXT, PRAE, PROGRAD e COMGRAD/2017 e 2018.

- **Normatização da monitoria indígena e regulamentação do número de bolsas:** Reuniões com alunos e monitores para troca de experiências e apresentação de alunos aos seus orientadores em 2017. Curso de capacitação sobre monitorias e insumos a estudantes indígenas em 2018.

- **Ações de capacitação: (espaço)** A CAF protagonizou a criação de dois Programas de Capacitação: O primeiro, direcionado à Gestão de Ações Afirmativas, em parceria com a EDUFRGS, teve como objetivo capacitar os docentes e técnicos-administrativos das Unidades Acadêmicas e Administração Central na consolidação de informações sobre ações afirmativas e políticas de inclusão no que tange ao acompanhamento de alunos cotistas. O segundo, com ênfase na formação de equipe da Comissão Permanente de aferição da autodeclaração sobre a categoria raça/cor e parâmetros do IBGE quanto à heteroidentificação utilizada pelo IBGE desde 2008, e a compreensão do IBGE da categoria pardo de acordo com seus parâmetros de treinamento de equipe de recenseadores da PNAD.

- **Participação em eventos:**

Novembro Negro da FACED – apoio e divulgação

EREI – Encontro Regional dos Estudantes Indígenas, realizado na UFRGS (Faculdade de Direito).

Participação na atividade de visitas às escolas com o Projeto “Por dentro da UFRGS”.

- **Conselho Consultivo**

Entre maio de 2015 e maio de 2016, o Conselho reuniu-se mensalmente abordando temas relacionados a acesso e permanência de estudantes indígenas e demais cotistas. Abaixo segue a cronologia de ações apresentadas sob a forma de informativo regular entregue mensalmente aos membros do Conselho Consultivo:

Janeiro e Fevereiro 2017

- Planejamento de atividades anuais
- Preparação da recepção indígena

Março 2017

- Acompanhamento das matrículas dos estudantes indígenas em primeira e segunda chamadas.
- Planejamento e execução das atividades de divulgação do Programa de Ações Afirmativas no evento UFRGS Portas Abertas em parceria com PET Conexões Políticas Públicas de Juventude e PET Ciências Sociais.
- Reuniões com a Direção do Curso de Odontologia sobre a disponibilização de materiais odontológicos indispensáveis para o seguimento do curso para os estudantes indígenas.
- Reunião da CAF com os monitores indígenas com o objetivo de subsidiar os processos de acompanhamento dos estudantes indígenas e seus tutores.
- Reuniões com COMGRADs para atendimento de demandas pontuais sobre questões relacionadas aos estudantes indígenas.
- Reunião com a PRAE sobre Casas de Estudantes Indígenas e seus possíveis formatos e apoios.
- Manutenção de comunicação direta com alunos por *Messenger* através da plataforma virtual Facebook – assessorias diversas quanto a inscrições em PPGs, busca de moradia, checagem de informações institucionais.
- Participação nos trabalhos da comissão de estudos sobre a verificação da autodeclaração no Vestibular e SiSU. De acordo com a Portaria de 16 de dezembro de 2016, a Comissão deverá consolidar documento sobre a pertinência da introdução de um momento anterior e/ou concomitante a matrícula presencial para verificar se a política de reservas está alcançando seus fins.
- Formulação de adendo a regulamentação dos processos disciplinares com o acréscimo de artigo sobre a questão indígena dirigido ao CEPE. A proposta elaborada pela CAF foi encaminhada ao CEPE visando a inclusão, na Resolução Nº 07/2004 que normatiza os processos disciplinares, de artigo que orienta processos disciplinares e refere a atenção específica a direitos coletivos quando as questões envolverem indígenas.

- Elaboração de Programa de Extensão com o objetivo de envolver bolsistas CAF na divulgação da política de cotas junto aos públicos interno e externo da UFRGS.
- Recomposição do Conselho Consultivo da CAF na gestão 2016/2020.
- Solicitação ao Centro de Processamento de Dados –CPD- de organização e publicização do portal da transparência do Processo Especial de Ingresso Indígena (PSE).
- Revisão e impressão de materiais gráficos a ser utilizado nos diversos eventos de divulgação do Programa de Ações Afirmativas. Reunião com a SECOM e equipe de alunos da Faculdade de Comunicação com seu trabalho finalizado.
- Participação nas reuniões para a elaboração de propostas de inclusão da temática Ações Afirmativas no âmbito do Salão UFRGS (SIC, Ensino, Extensão e EDUFRGS) que ocorrerá em outubro de 2017.
- Participação em atividade voltada aos calouros junto ao Instituto de Física.

Abril 2017

- Inclusão da ferramenta “Calendário colaborativo” na página da CAF no Facebook, em formato de agenda, com o objetivo de acolher e divulgar as atividades da/para a rede de parceiros no âmbito da temática de Ações Afirmativas.
- Checagem de todas as autodeclarações de indígenas do Programa Especial Indígena na UFRGS (desde 2008) para fornecer documentos para os alunos indígenas. Suporte da Equipe CAF aos alunos indígenas para que respondessem a solicitação de anexação da autodeclaração, no formato exigido pelo MEC, no Sistema de Bolsas Permanência/MEC.
- Participação no Curso de Capacitação coordenado pelo DED em conjunto com a CAF, PRAE e PROGRAD na elaboração do Módulo I Ações Afirmativas: conceitos, breve histórico e perspectivas.
- Reunião de Posse do Conselho Consultivo da CAF.
- Acompanhamento do processo de concessão de bolsas permanência do MEC em conjunto com a PRAE realizando chamada geral aos estudantes indígenas para a inserção dos estudantes ingressantes no sistema e inclusão de novos documentos de estudantes já beneficiados.
- Continuidade da participação na elaboração de propostas de inclusão da temática Ações Afirmativas no âmbito do Salão UFRGS 2017.

- Reuniões com a Vice-Reitora sobre a implementação do adendo a Lei de Cotas de inclusão de pessoas com deficiências na reserva de vagas para o processo seletivo de 2018.
- Reuniões com a PROGRAD, DECORDI, INCLUIR e CPD sobre a inclusão de pessoas com deficiências na reserva de vagas para o processo seletivo de 2018.
- Reuniões com o CEPE sobre proposta de regulamentação dos processos disciplinares dos estudantes em relação ao acréscimo de artigo sobre a questão indígena.
- Reuniões para planejar as ações de aprimoramento do acompanhamento da situação acadêmica dos estudantes indígenas desenvolvendo estudo analítico destes estudantes matriculados em 2017, buscando a elaboração de propostas para enfrentar a retenção e a evasão ao longo da existência do Programa de Ingresso Especial Indígena (nove anos).

Maio 2017

- Desenvolvimento das atividades de divulgação do Programa de Ações Afirmativas no evento “UFRGS Portas Abertas” com os bolsistas regulares da CAF em parceria com PET Conexões Políticas Públicas de Juventude e PET Ciências Sociais, ocorrido em maio de 2017.
- Curso de extensão da CAF, etapa preparatória para o “Portas Abertas” para equipe ampliada de parceiros.
- Primeira reunião da equipe de bolsistas CAF para a discussão do trabalho a ser desenvolvido por eles, visando obtenção de dados qualitativos nas COMGRADs sobre a organização curricular e as possíveis retenções junto aos seus cursos de graduação.
- Implementação de nova modalidade de acompanhamento presencial aos estudantes indígenas visando a orientação sobre sua situação acadêmica e diagnóstico das situações envolvidas na retenção e evasão de cotistas, a partir de casos específicos de estudantes ao longo da existência do Programa de Ingresso Especial Indígena.
- Participação no Curso de capacitação Por Dentro da Universidade proposto pelo DEDS com a parceria entre DEDS/PROGRAD/PROGESP/CAF.
- Reuniões com as COMGRADs dos Cursos de Geografia e Odontologia para atendimento de demandas pontuais sobre questões relacionadas aos estudantes indígenas.

- Continuidade dos trabalhos da Comissão de Estudos sobre a verificação da autodeclaração para ingresso no Vestibular e no SiSU.

- Finalização do CPD do Portal da Transparência do Processo Especial de Ingresso Indígena (PSE) a partir de solicitações de ações de correção e aprimoramento. Disponível em:

<https://www1.ufrgs.br/PortalEnsino/GraduacaoProcessoSeletivo/index.php/DivulgacaoDadosChamamento>

- Implementação de nova modalidade de acompanhamento presencial aos estudantes indígenas visando a orientação sobre sua situação acadêmica e diagnóstico das situações envolvidas na retenção e evasão de cotistas, a partir de casos específicos de estudantes ao longo da existência do Programa de Ingresso Especial Indígena. O trabalho servirá como base para o Relatório Final do Desempenho de Cotistas (2017), fornecendo elementos para uma leitura qualitativa da retenção nos cursos de graduação.

- Finalização da elaboração das temáticas e nominatas dos cursos de capacitação CAF para o ano.

- Participações em reuniões sobre oferta de disciplinas Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) nas Licenciaturas da UFRGS para dar andamento à solicitação de professores, enviando documento ao COORLICEN e ao Fórum das COMGRADs, sobre estudo realizado pela PROGRAD em 2016 que aponta as disciplinas eletivas relacionadas ao tema bem como, as suas ausências nos diversos cursos de graduação da Universidade.

Junho 2017

- Finalização do Portal da Transparência do Ingresso Especial Indígena junto ao Portal da PROGRAD. O portal propiciará um melhor gerenciamento das chamadas de candidatos nos processos seletivos, bem como fornecerá ao Fórum de lideranças indígenas uma melhor visualização da oferta-demanda de candidatos para as vagas nos cursos indicados pelo Fórum.

- Reunião PRAE e consolidação de proposta de edital próprio para materiais da Odontologia para estudantes indígenas como piloto para “compras coletivas” com prestação de contas próprias.

- Reunião com a PRAE sobre Casa de Estudantes Indígenas, assessoria técnica e dados sobre demandas jurídicas para estudo de viabilidade – PRAE enviou quantitativo de alunas indígenas- mães na UFRGS.
- Reunião da CAF com os orientadores de indígenas e indígenas moradores na CEU com o objetivo de participar do primeiro encontro e tendo como tema as demandas da PRAE.
- Reuniões com alunos indígenas para atendimento de demandas pontuais sobre questões relacionadas aos estudantes indígenas, dando prosseguimento a orientações individuais e encaminhamentos do relatório qualitativo sobre retenção nos cursos de graduação.
- Reunião com coletivo de professores para recepcionar e dar encaminhamento a propostas de vagas estratégicas visando cumprir a Lei Federal sobre a Educação para Relações Étnico-Raciais.
- Participação da CAF no Fórum das COMGRADs com dois pontos de pauta:
 - Acompanhamento dos Estudantes Indígenas CAF e COMGRADs;
 - Educação das Relações Étnico-Raciais – ERER- nos currículos da UFRGS visando alterações nos mesmos;
- Orientação e retorno dos trabalhos de bolsistas da CAF vinculados ao Estudo Exploratório para ações de permanência e as COMGRADs
- Participação na segunda edição do Curso Por Dentro da UFRGS proposto em parceria com o DEDs (PROEXT).
- Participação nas reuniões para a elaboração de propostas de inclusão da temática Ações Afirmativas no âmbito do Salão UFRGS (SIC, Ensino, Extensão e EDUFRGS) que ocorrerá em outubro de 2017.
- Elaboração de estratégias para propiciar um fluxo de comunicação eficiente entre monitores, orientadores, COMGRADs, CAF e PRAE com alunos indígenas. Foco nos orientadores dos indígenas.
- Transferência interna dos alunos indígenas.

Julho 2017

- Mediação e realização da reunião solicitada pelos indígenas sobre Casa de Estudante Indígena e pautas de demandas dos alunos indígenas. Estabelecimento de reunião mensal.

- Finalização dos trabalhos da Comissão de Estudos (10 de julho) sobre a Verificação da Autodeclaração no Vestibular e SiSU. De acordo com a Portaria de 16 de dezembro de 2016, a Comissão deverá consolidar documento sobre a pertinência da introdução de um momento anterior e/ou concomitante a matrícula presencial para verificar se a política de reservas está alcançando seus fins.
- Participação na reunião da Comissão CEPE-CONSUN para definições relativas a Decisão a ser apresentada no CONSUN e que incluem a Comissão de Verificação das Autodeclarações e Ingresso de Pessoas Deficientes.
- Orientação e retorno dos trabalhos de bolsistas da CAF vinculados ao Estudo Exploratório para ações de permanência e as COMGRADs
- Seleção de novos bolsistas para a CAF.
- Reunião do Conselho consultivo e pautas imediatas, entre elas a consolidação do Edital de Prêmio Honorífico Luiza Helena Bairros.
- Reunião com estudantes indígenas sobre encaminhamentos de moradia e encontro indígena na UFRGS.
- Participação na reunião PROGRAD/PRAE/CAF com COMGRADs para formular ações de acompanhamento aos estudantes na UFRGS.
- Elaboração de ferramenta para envio de grupos de e-mails a estudantes da UFRGS a partir de sua situação acadêmica para facilitar o envio de questionários sobre a percepção dos alunos sobre aspectos (do relatório final) sobre a UFRGS.
- Monitoramento do Edital da PRAE sobre compra de materiais da Odontologia para indígenas.
- Aguardando manifestação dos alunos indígenas para dar início ao Projeto-piloto de Moradia Compartilhada, apoiado pela UFRGS através da PRAE
- Reuniões de planejamento da participação das ações afirmativas em quatro “Salões da UFRGS”
- Elaboração de documento do Conselho Consultivo para encaminhar a COORLICEN sobre disciplinas que cumprem o “Ensino das Relações Étnico-Raciais” na UFRGS.
- Compilação de informações que constituirão um conjunto setorizado de informações que devem chegar aos alunos sobre seus direitos e deveres – licença saúde, maternidade, trancamento de disciplinas, entre outros. “Série do Facebook da CAF: Você sabia?”

- Participação da CAF nas atividades do DEDS: “Por Dentro da UFRGS”: Programa de apoio ao acesso à Universidade” para atuação junto a escolas divulgando as Ações Afirmativas na UFRGS.
- Elaboração do relatório final do acompanhamento indígena realizado nos meses de maio e junho na CAF.
- Construção de ferramenta para envio de grupos e e-mails a alunos visando a coleta de dados sobre alunos evadidos e retidos, tema que será detalhado sobre aspectos de múltiplas implicações e identificação de aspectos que produzem cenários de retenção em/ sob diferentes aspectos (matriz curricular, rotinizações da TIM e oferta de disciplinas) que ajudarão a identificar as múltiplas causas e formular recomendações no relatório anual.
- Elaboração de estratégias para propiciar um fluxo de comunicação eficiente entre monitores, orientadores, COMGRADs, CAF e PRAE com alunos indígenas. Foco nos orientadores dos indígenas.
- Transferência interna dos alunos indígenas (em elaboração para setembro)
- Planejamento do momento de reunião para a escolha de cursos de graduação 2018 pelas lideranças indígenas junto ao CEPI.

Agosto 217

- “Salão UFRGS”: A divulgação do prêmio Luiza Helena de Bairros e de algumas candidaturas, a serem apreciadas pelo Conselho Consultivo para escolha das que serão recepcionadas para votação popular.
- Reunião de Pró-Reitores sobre a crise orçamentária.
- Reunião sobre a constituição e homologação da Central do Aluno e orientação sobre a metodologia de construção do catálogo.
- Reunião com Reitor e Vice sobre o processo de denúncias das fraudes, sendo informado sobre a decisão da Comissão sobre os 16 Processos Administrativos Individuais já abertos e as 40 denúncias individuais que estão no NAD.
- Participação na Comissão Especial relativa a introdução de decisões sobre a Comissão de Verificação da Autodeclaração e Ingresso de Deficientes no próximo Vestibular. Encaminhamento de proposta sobre a Verificação dos candidatos com deficiência.
- Edital de Transferência Indígena.

- Acompanhamento do Edital de Compras Coletivas de alunos indígenas do curso de Odontologia.
- Devolutiva do acompanhamento acadêmico da CAF aos indígenas em 01 de setembro de 2017.

Setembro e outubro 2017

- Reuniões com a PRAE para consolidação de proposta de edital próprio para materiais da Odontologia para estudantes indígenas como piloto para “compras coletivas” com prestação de contas próprias.
- Reunião com a PRAE sobre Casa de Estudantes indígenas para estudantes mães-indígenas, assessoria técnica e dados sobre demandas jurídicas para estudo de viabilidade – PRAE enviou quantitativo de alunas indígenas-mães na UFRGS. A PRAE realizou levantamento de verba destinada a auxílio moradia para dar continuidade ao estudo.
- Reunião com alunos indígenas dando prosseguimento a devolução do Relatório de Estudo Qualitativo da CAF sobre acompanhamento e enfrentamento a retenção nos cursos de graduação para os estudantes.
- Reunião de escolhas de cursos para ingresso indígena em parceria com o CEPI.
- Participação na semana acadêmica da Psicologia sobre disciplinas ERER visando alterações curriculares.
- Preparação do **Prêmio Luiza Helena Bairros no “Salão UFRGS/2017”**, tendo como objetivo expressar o reconhecimento público da UFRGS às pessoas físicas e entidades que têm contribuído para a Promoção da Igualdade Racial e para o Fortalecimento das Políticas de Ações Afirmativas no Rio Grande do Sul e Brasil.
- Recepção e encaminhamento dos procedimentos relativos à denúncia de fraudes nas autodeclarações no ingresso em graduação por ações afirmativas na UFRGS.
- Participação das atividades e da finalização do parecer da Comissão Especial CEPE-CONSUN sobre Comissões de Verificação da Autodeclaração e na formulação de Parecer para apreciação do CONSUN de alterações na resolução Nº 269 do programa das Ações Afirmativas visando o ingresso de pessoas deficientes no Programa de Ações Afirmativas.

- Elaboração e divulgação de Edital para Composição da Comissão Permanente de Verificação para Ingresso na Graduação UFRGS.
- Reuniões sobre o Edital Vestibular da UFRGS com a inserção da Comissão Permanente de Verificação.
- Preparação e participação na inclusão da temática Ações Afirmativas no âmbito do “Salão UFRGS 2017”. Prêmio Luiza Helena Bairros – nas três modalidades (“Destaque de Sessão”; “Personalidade Inspiradora” e “Organização Múltipla”).
- Andamento das atividades CAF/PRAE para a nova modalidade de acompanhamento presencial aos estudantes indígenas visando a orientação sobre sua situação acadêmica e diagnóstico das situações envolvidas na retenção e evasão de cotistas, a partir de casos específicos de estudantes ao longo da existência do Programa de Ingresso Especial Indígena. Implementação de Bolsa PRAE para alunos do primeiro semestre.
- Orientação dos bolsistas CAF na produção da pesquisa e Relatório sobre Acompanhamento de Cotistas nos cursos de graduação.
- Participação da CAF em atividade “Por Dentro da UFRGS” coordenado pelo DED em conjunto com a CAF, PRAE e PROGRAD na elaboração do Módulo II Ações Afirmativas: conceitos, breve histórico e perspectivas.
- Participação da CAF na atividade “Por Dentro da UFRGS” junto às escolas públicas.
- Reunião com a SUINFRA e INCLUIR sobre acessibilidade.
- Elaboração e finalização da elaboração das temáticas e nominatas dos cursos de capacitação CAF a serem ofertados em novembro.
- Reunião com a PROGRAD, DECORDI, INCLUIR e CPD sobre a inclusão de pessoas com deficiências na reserva de vagas para o processo seletivo de 2018.
- Transferência indígena.
- Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração – para Vestibular e para caso de denúncias.
- Reunião sobre acessibilidade na UFRGS com INCLUIR/SUINFRA/SAI/CAF/Prof. Eduardo Cardoso/ PROGRAD/SECOM
- Reunião do Comitê Contra Intolerância – novas ênfases e formas de atuação
- Apoio logístico e relatoria durante o IIº Encontro Regional dos Estudantes Indígenas: “A Universidade Como Território Indígena: Pensando Caminhos para a Interculturalidade” que ocorreu de 20 a 22/09/2017

Outubro e novembro 2017

- Apoio ao “Novembro Negro” da FACED – em especial a foto coletiva na Reitoria da UFRGS, realizada em 20 de novembro de 2017.
- Participação e apoio na divulgação de atividades de diferentes setores da UFRGS relativas a Semana da Consciência Negra.
- Curso de Capacitação – Os múltiplos fatores da retenção ocorrido em 22 de novembro, finalização dos projetos de acompanhamento realizado com alunos indígenas e cotistas (projetos de bolsistas CAF sobre orientação da Equipe CAF).
- Reunião com a PROGRAD, DECORDI, INCLUIR e CPD sobre o Edital de Vestibular e a inclusão de pessoas com deficiências na reserva de vagas para o processo seletivo de 2018, bem como das Comissões de Verificação de Autodeclaração e Verificação de Deficiência.
- Primeira reunião de identificação de setores envolvidos com Acessibilidade na UFRGS visando a constituição de grupo de trabalho e Plano de Trabalho da Administração sobre o tema.
- Finalização do Edital de Ingresso Especial de Refugiados – CAF/PROGRAD.
- Constituição da Comissão de Verificação da Autodeclaração para Vestibular 2018.
- Operacionalização do Processo de Verificação da Autodeclaração de denunciados por fraudes.
- Primeira reunião do Comitê contra Intolerância e Discriminação.
- Lançamento do Edital de Transferência Indígena.
- Reunião com a PRAE sobre Edital de Compras Coletivas de materiais do curso de Odontologia para alunos indígenas – Projeto-piloto.
- Apoio a realização do Encontro Regional de Estudantes Indígenas na UFRGS.
- Coordenação dos trabalhos de verificação de autodeclaração de denunciados.
- Monitoramento do Edital de Compras Coletivas da Odontologia para alunos indígenas/PRAE.
- Elaboração conjunta com a PROGRAD do Programa de Acolhimento dos Estudantes Refugiados no Processo Seletivo Especial.
- Tramitação no CEPE do processo que define a escolha de cursos para Vestibular 2018 para ingresso dos Indígenas.

Dezembro 2017

- Operacionalização do Edital de Ingresso Especial de Refugiados – CAF/PROGRAD
- Primeira reunião para constituição da agenda de trabalho com a Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração (espaço) referendada pelo Conselho Consultivo para Vestibular 2018.
- Operacionalização do Processo de Verificação da Autodeclaração (espaço) de denunciados por fraudes. Análise de recursos.
- Reunião com a Procuradoria e o Gabinete sobre recursividade dos processos relativos a denúncias sobre autodeclaração, a partir de documento enviado pelo MPF.
- Transferência Indígena – entrevistas e tramitação.
- Elaboração conjunta com a PROGRAD do Programa de Acolhimento dos Estudantes Refugiados no Processo Seletivo Especial.
- Tramitação no CEPE do processo que define a escolha de cursos para Vestibular 2018 para ingresso dos Indígenas.
- Procedimentos, Portarias e Curso de capacitação para a operacionalização da Comissão de Verificação da Autodeclaração do Vestibular.

Anexo 3: (Imagens)



- Apoio ao IIº Encontro Regional dos Estudantes Indígenas que ocorreu na Faculdade de Direito da UFRGS de 20 a 22/09/2017.

<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/11/estudantes-indigenas-da-regiao-sul-promovem-encontro-na-ufrgs/>

- Participação no Salão UFRGS com o Prêmio Luiza Bairros:

Prêmio de Ações Afirmativas recebe sugestões de candidaturas

Autor: CAF/UFRGS Data da postagem: 16:00 16/08/2017 Visualizações: 437

Curta a notícia:

Curta o CEERT:



Nome do prêmio faz homenagem a Luiza Helena Bairros / Foto: Elói Corrêa - AGECOM-GOVBA CCby2 - Nação Z

Troféu Luiza Helena Bairros premiará personalidades e entidades que se destacam na promoção da igualdade racial e fortalecimento das políticas de ações afirmativas

A Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Afirmativas da UFRGS (CAF) recebe até o dia 15 de setembro sugestões da comunidade para candidaturas ao Prêmio Luiza Helena Bairros de Ações Afirmativas. O prêmio, que anualmente destaca os trabalhos do Salão UFRGS sobre a temática das ações afirmativas, nesta edição contempla também pessoas e entidades que promovem a igualdade racial e o fortalecimento das políticas nesta área. No ano que marca os 10 anos de aprovação das cotas na UFRGS, a comunidade é convidada a participar com indicações ao prêmio e votando nos candidatos.

Conforme o [edital](#), nesta primeira etapa, a comunidade pode enviar sugestões de nomes de pessoas e de entidades que considerem merecedoras da distinção. As indicações podem ser feitas por movimentos sociais, órgãos públicos, organizações sociais e pela comunidade universitária da UFRGS, mediante preenchimento e envio do formulário anexo ao edital do prêmio. O Conselho Consultivo da CAF irá, então, definir, a partir destas indicações, a nominata de candidatos ao prêmio, e a escolha final será feita por votação popular pela internet.

O Troféu Luiza Helena Bairros será entregue ao vencedor de cada uma das três categorias do prêmio durante o salão UFRGS 2017. A categoria Destaque no Salão busca celebrar a importância da política de inclusão na Universidade, oportunizando a apresentação de trabalhos sobre o tema nos Salões de Ensino, Edufrgs, Extensão, Iniciação Científica e Pesquisa. As outras duas categorias, pessoa física e pessoa jurídica, têm o objetivo de destacar personalidades e entidades ligadas à promoção da inclusão social e ao enfrentamento ao racismo e incentivar a participação popular.

Curta a notícia:

Curta o CEERT:

Evento: “Novembro Negro” na UFRGS que ocorreu de 1º a 30 de novembro de 2017

<https://www.ufrgs.br/faced/novembronegro/>

UFRGS abre processo seletivo especial para refugiados

São oferecidas 32 vagas para pessoas em situação de refúgio em 19 cursos de graduação, com ingresso no primeiro semestre de 2018

17/11/2017 17:10

 Tweetar

 Curtir 2,7 mil

 Compartilhar



Assinatura do edital para ingresso de Pessoas em Situação de Refúgio aconteceu hoje à tarde.
Foto: Rochele Zandavalli/UFRGS

Participação da CAF na elaboração do primeiro edital do Processo Seletivo Especial para Refugiados



Apoio ao Evento: "Novembro Negro" na UFRGS que ocorreu de 1º a 30 de novembro de 2017

<https://www.ufrgs.br/faced/novembronegro/>